

**UNISA UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Mônica Jesus da Silva
Renata Lúcia Medina
Tatiane Cecília Ferreira da Silva**

**O Trabalho Desenvolvido pela Casa Sofia na Perspectiva do
Rompimento do Ciclo da Violência de Gênero.**

**São Paulo
2009**

**MÔNICA JESUS DA SILVA
RENATA LÚCIA MEDINA
TATIANE CECÍLIA FERREIRA DA SILVA**

**O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CASA SOFIA NA
PERSPECTIVA DO ROMPIMENTO DO CICLO DA VIOLÊNCIA DE
GÊNERO.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para a obtenção do título de bacharel em Serviço
Social da Universidade de Santo Amaro, sob
orientação da Professora Doutora Virginia Paes
Coelho.**

São Paulo
2009

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CASA SOFIA
NA PERSPECTIVA DO ROMPIMENTO DA VIOLÊNCIA
DE GÊNERO

Mônica Jesus da Silva

Renata Lucia Medina

Tatiane Cecília Ferreira da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social a Faculdade de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Aprovada em 25/05/2009

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Virgínia Paes Coelho

Profª. Dra. Selma Amaral

CONCEITO FINAL: 9,0



http://www.overmundo.com.br/banco/multiplas/1207002664_mulher_triste.jpg

Dedicamos este trabalho às mulheres que contribuíram para que fosse possível a realização da nossa pesquisa, em especial as profissionais da Casa Sofia que compartilharam conosco seus saberes éticos e metodológicos com tamanha dedicação.

Agradeço a minha família que me incentivou nos momentos de angústia e incerteza, em especial a minha mãe Dona Vera que desde criança acreditou no meu sucesso; ao meu pai Nelson e a minha tia Luciana; aos meus tios: Gonçalves, Marcelo e Joel. E aos meus irmãos: Sidnei e Adney.

A Deus que me deu forças para continuar e a todas as pessoas que contribuíram para que este estudo tivesse de fato uma importância, no que tange a pesquisa sobre o rompimento do ciclo da violência contra a mulher.

Meu muito obrigada à professora Virgínia e ao professor Carlos que se tornaram muito especiais em minha vida mostrando-me a importância da realização de um trabalho com profissionalismo, dedicação e respeito ao próximo. As minhas companheiras deste percurso: Renata e Tatiane pela garra e devoção. A dona Vera, mãe da Renata que sempre me tratou tão bem. A minha tia e amiga Inez sempre amorosa aconselhando-me em todos os momentos. Ao Marcelo, grande amor da minha vida.

Enfim, aos amigos e amigas que se não citados serão sempre lembrados e “guardados” em meu coração.

Mônica Jesus da Silva

“Todo conhecimento inicia-se na imaginação, no sonho; só depois desce à realidade material e terrena por meio da lógica.” (ALBERT EINSTEIN).

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre estar ao meu lado tanto nos momentos bons como nos momentos difíceis e por me guiar sempre me mostrando os caminhos que devo caminhar.

Agradeço a minha mãe Maria do Carmo que sempre deu um jeitinho para me ajudar nas horas mais difíceis, meu pai Sebastião que sempre me compreendeu, minha irmã Juliana e a Lúcia que é uma segunda mãe pra mim, pessoas estas que estiveram sempre ao meu lado me apoiando, me aconselhando e agüentando meus momentos de estresse.

A Zilda minha supervisora de estágio da Casa Sofia, obrigada por tudo que fez por mim, pela compreensão, pelas palavras de apoio nunca irei esquecer, você faz parte da minha vida. A todos os profissionais da Casa Sofia, por terem sido tão compreensivos comigo.

Agradeço a professora Virginia por ter se dedicado com tanta presteza a nossa pesquisa sempre nos apontando o melhor direcionamento, também agradeço a professora Selma sempre tão paciente conosco. Não podendo me esquecer, agradeço a todos os professores que durante esses 04 anos contribuíram para a nossa formação enquanto profissionais. Sem deixar de agradecer ao professor Carlos da Faculdade de Letras, por ter sido tão atencioso e prestativo na correção de nossa pesquisa.

Agradeço também a um grande amigo que por sinal faz parte da minha vida há 04 anos sempre me incentivando e me apoiando. Muito obrigada por tudo Motta. A Vera mãe da Renata, por ter nos aturado diversos finais de semana, sempre preparando aqueles almoços deliciosos, e nos dando atenção fazendo-nos nos sentir em casa.

Não podendo me esquecer das minhas amigas, companheiras de TCC, Renata e Mônica obrigada por dividir comigo os diversos tipos de sentimentos (alegrias, tristezas, raiva, estresse). Obrigada por tudo, vocês farão parte da minha para sempre, pois, dividiram comigo a realização de um sonho. Suelen, Mariana, Heidy, obrigada pelos 04 anos que passamos juntas em sala de aula.

E enfim, agradeço a todos e a todas que fazem parte da minha vida e que não citei o nome e peço desculpas a minha ausência durante este tempo.

Tatiane Cecília

Em primeiro lugar agradeço a Deus por estar sempre presente em minha vida guiando cada um dos meus passos.

Agradeço a minha mãe Vera pela força, amizade e horas de sono perdidas aguardando minha chegada da faculdade. Ao meu pai Fernando pelo grande incentivo em todos os momentos e ajuda durante todos esses anos. E ao meu irmão Nando pelo companheirismo e pelos momentos que devido aos meus trabalhos acabava por ficar sem o computador. A vocês devo meus sinceros e imensos agradecimentos.

Agradeço a Zilda e toda a equipe da Casa Sofia, as profissionais e as mulheres entrevistadas, vocês foram à grande base da nossa pesquisa, obrigada por compartilhar conosco a experiência de vocês. Agradeço imensamente a professora Virgínia que nos orientou, incentivou e tanto nos ensinou assim como o professor Carlos e a professora Selma que também dedicaram seu tempo lendo e nos auxiliando a melhorar este trabalho.

Mô, Tati, Heidy, Mari e Su obrigada pelo companheirismo, risadas e experiências compartilhadas durante todos esses anos. Minhas companheiras de pesquisa agradeço-as infinitamente, pois tenho certeza que todo nosso esforço foi imprescindível para construção deste estudo. Obrigada por cada momento, tenho certeza que todos eles nos fizeram crescer.

Amigos e amigas obrigada pelo incentivo, força, amizade e carinho que partilhamos nas conversas, desabafos, viagens e momentos de descontração, agradeço infinitamente por vocês existirem na minha vida. Equipe de trabalho, obrigada pela compreensão, confiança em meu potencial e aprendizado compartilhado.

A todos que acreditaram e continuam acreditando em mim, obrigada, vocês fazem parte de mais este sonho realizado em minha vida.

Renata Lucia Medina

"Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão. No fundo, isso não tem importância. O que interessa mesmo não é à noite em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado." (William Shakespeare).

Sumário

Resumo	
Introdução.....	12

Capítulo I: Movimento Feminista e a Questão de Gênero

1.1 O Movimento Feminista Brasileiro a partir da década de 30.....	15
1.2 O “Novo Movimento Feminista”.....	20
1.3 Refletindo sobre a Questão da Violência.....	25
1.4 Violência Doméstica.....	30
1.5 Fases da Violência Doméstica.....	33
1.6 O Movimento Feminista e as Primeiras Delegacias de Defesa da Mulher em São Paulo.....	37
1.7 Conquistas e Direitos de Cidadania da Mulher com a Lei Maria da Penha/2006.....	41

Capítulo II: O Distrito do Jardim Ângela e a Sociedade Santos Mártires

2. Jardim Ângela (Sociedade Santos Mártires).....	48
2.1 Casa Sofia (Campo de Pesquisa).....	50
2.2 Metodologia - Retrospectiva e Perspectivas da Pesquisa.....	54
2.2.1 Refletindo sobre a análise e Interpretação dos dados coletados.....	57
❖ A História de Vida.....	58
❖ A Violência.....	61
❖ O Impacto Social da Violência.....	63
❖ Em Busca de Mudanças.....	64
❖ O Atendimento: A Casa Sofia.....	65

Considerações Finais:.....71

Bibliografia

Anexo A

Anexo B

Resumo

Este estudo tem por proposta conhecer o trabalho desenvolvido pela Casa Sofia no rompimento do Ciclo da Violência de Gênero junto à população usuária, uma vez que sua finalidade é identificar se a hipótese de nossa pesquisa, o trabalho desenvolvido pela Casa Sofia contribui para reconstrução da auto-estima da mulher, assim como a recuperação de sua cidadania é efetivo ou não. Os objetivos específicos deste estudo serão: Conhecer os programas/projetos realizados pela Casa Sofia no combate a violência de gênero; verificar o perfil da demanda atendida; conhecer a inserção da Casa Sofia na luta pelo direito da mulher; conhecer o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social da Casa Sofia com a população usuária. O nosso estudo foi desenvolvido através da pesquisa qualitativa, sendo utilizada como técnica de pesquisa a entrevista semi-estruturada e a sondagem de opinião. Para aprimoramento da pesquisa gravamos as entrevistas e as transcrevemos para que todos os dados fossem analisados sem prejuízo de distorções.

Palavras-chave: Gênero, Violência e Cidadania.



<http://www.msnoticias.com.br/fotos/Mulher%20violencia.jpg>

INTRODUÇÃO

“Outro Mundo é possível, necessário e urgente”.
(GRICOLETTO).

Introdução

Nosso Trabalho de Conclusão de Curso teve por tema - “O Trabalho Desenvolvido pela Casa Sofia na Perspectiva do Rompimento do Ciclo da Violência de Gênero.” Através dele buscamos entender como as relações de gênero foram se institucionalizando na sociedade brasileira e como as relações de poder submetem a mulher a altos índices de violência, tanto no âmbito familiar, como nas relações de trabalho e relações afetivas.

Nesta perspectiva analisamos o papel da Casa Sofia, entidade que trabalha com mulheres em situação de violência de gênero, na compreensão de como estas conseguiram recuperar sua cidadania após longo período de sofrimento.

Ao escolhermos o estudo de caso como técnica de pesquisa, pensamos em um estudo sistemático de uma dada realidade que não fosse um método específico, mas sim uma forma particular de estudo que nos levasse ao objetivo da nossa pesquisa. Nosso intuito é verificarmos a efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela instituição para nos aproximarmos desta realidade e entendermos se os projetos sociais da Casa contribuem efetivamente para a reconstrução da auto-estima da mulher e a recuperação de sua cidadania.

Com base nas referências bibliográficas conseguimos perceber uma ação contínua de lutas para a conquista da igualdade de sexos através dos movimentos de mulheres e do movimento feminista no Brasil. Pautamo-nos em TELES depois em SAFFIOTI para trilharmos um caminho de saberes técnicos desde a década de 30 (com as lutas dos movimentos de mulheres e feministas) até os dias atuais com a criação da Lei Maria da Penha.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso na realização da pesquisa qualitativa que tem por fundamento a relação entre o mundo real e o sujeito. As etapas para elaboração da pesquisa foram constituídas em:

- Visitas à entidade Casa Sofia;
- Aproximação com os sujeitos da pesquisa, através da entidade;
- Coleta de dados através da técnica de entrevista;

- Transcrição e análise das entrevistas.

No capítulo I resgatamos os desafios que as mulheres enfrentaram a partir dos anos 30 até os dias atuais, ao analisar algumas lutas que nortearam a conquista da cidadania da mulher e a busca pela igualdade dos sexos.

A pesquisa de campo foi realizada na Casa Sofia, a qual nos referimos no Capítulo II, sendo esta a única entidade do gênero na região Sul que atende mulheres em situação de violência de gênero. Sua área de abrangência é a região do Jardim Ângela, em especial, mas também recebe mulheres que são encaminhadas e residem em outros bairros e municípios vizinhos da região na cidade de São Paulo.

Associamos a proposta de trabalho da Casa Sofia (promoção para elevação da auto-estima das mulheres vítimas de violência de gênero; fornecimento de informações sobre direitos e deveres de cidadania, focando a situação das mulheres vitimadas para que as mesmas ampliem a consciência sobre a questão em evidência, além de fornecer espaço para atendimento psicossocial e jurídico) a toda bibliografia referendada para então galgarmos os resultados que serão divulgados nas análises realizadas através das entrevistas coletadas em campo.

Finalizando nossos estudos apresentamos as nossas Considerações Finais momento em que destacamos a importância da equipe multidisciplinar para o trabalho desenvolvido com mulheres em situação de violência de gênero e a necessidade de políticas públicas que efetivem os serviços prestados a estas mulheres.



<http://blog.estadao.com.br/blog/media/DiaMulher.jpg>

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL E A QUESTÃO DE GÊNERO

É preciso sinalizar para a sociedade que a violência doméstica é inaceitável, mas não se pode apenas reforçar as providências punitivas. É preciso entender que a cidadania não pode acabar na porta de casa. (BÁRBARA MUSUMECI SOARES)

O Movimento Feminista no Brasil e a Questão de Gênero

Neste capítulo faremos um breve histórico do movimento feminista brasileiro e do movimento de mulheres a partir da década de 30 contextualizando as suas lutas e conquistas, destacando a retração dos movimentos com o golpe militar de 1964.

A partir de 1970 discutimos o ressurgimento do feminismo no Brasil e como se evidencia a questão da violência doméstica contra a mulher retratando seus principais aspectos. Por fim, relatamos como a Lei Maria da Penha/2006 age de modo a combater a violência de gênero.

1.1 O Movimento Feminista Brasileiro a partir da década de 30

Ser grande é abraçar uma grande causa.

(SHAKESPEARE)

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, começamos a pensar na condição da mulher na sociedade brasileira, suas lutas e conquistas. Como elas desafiaram poderes institucionalizados e “romperam” com a ideologia patriarcal e machista que tanto lhes negou possibilidades de desenvolvimento social, econômico, político e cultural.

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e mãe de toda a humanidade. É ser social, criativo e inovador. (TELES, 1993, p.10).

Entendendo esta constante busca da mulher pela legitimidade de seus direitos resolvemos percorrer parte da história do movimento feminista¹ brasileiro relatando os dados mais relevantes de nossa pesquisa, principalmente a partir de

¹ Conforme TELES, Maria Amélia de Almeida. *Movimento feminista refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história. Uma Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 12.

1934, com a conquista do voto feminino, a redução da jornada de trabalho e a proibição do trabalho noturno de mulheres e menores. Como relata TELES:

Essa época é acompanhada de movimentos femininos que caminhavam paralelamente – as sufragistas, as tecelãs e costureiras grevistas. As primeiras procuravam no voto a cidadania negada, enquanto as outras batalharam pela redução da jornada de trabalho e melhores condições de trabalho. (1993, p.12).

Mas, para entendermos essas lutas devemos compreender o significado do feminismo e como foi criada a expressão “movimento de mulheres”.

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto em nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais. (TELES, 1993, p.10).

A expressão “movimento de mulheres” segundo TELES, significa *ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. (1993, p. 10)*. Este trecho nos permite pensar que muitas mulheres da década de 30 tinham grandes ideais e queriam viver em uma sociedade mais justa e igualitária, porém sabiam que só a união das mesmas poderia transformar o pensamento ideo-político da época.

Nesta perspectiva, em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiu no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, que buscava a igualdade de direitos em diversos espaços da vida cotidiana da mulher nos aspectos profissionais, culturais e políticos.

Este movimento, contudo, não teve grande repercussão e a Constituição de 1946 acabou não tratando da questão de gênero. Segundo TELES: *enquanto a Constituição de 1934 não admitia a discriminação por sexo, a de 1946 não tratou da questão. Mas condenou o preconceito racial. (1993, p.48)*.

Neste mesmo ano as feministas começam a discutir a possibilidade do divórcio, pois a legislação definia o casamento como monogâmico e indissolúvel.

Conforme a Constituição de 1946, Capítulo I, artigo 163: *a família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.*

Em 1947 cria-se a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), cuja primeira presidente foi Alice Tibiriçá. Esta federação propunha impulsionar debates sobre os direitos constitucionais, a proteção à infância e a paz mundial, assim como: *Combate à carestia de vida, carestias de gêneros e de tecidos populares, e desmascaram os sonegadores dos produtos de primeira necessidade.* (TELES, 1993, p. 49).

Em 1951, organiza-se o I Congresso da Federação das Mulheres do Brasil (FMB), com a participação de diversas mulheres (donas de casa, operárias, funcionárias públicas, professoras, estudantes, profissionais liberais e camponesas) de todos os Estados.

Em 1952 acontece a I Assembléia Nacional de Mulheres, para a defesa dos direitos da mulher, principalmente da mulher trabalhadora, com a participação de representantes de nove Estados. Esta Assembléia tinha Nuna Bartof James como liderança, a pauta tinha por objetivo mostrar o perigo de jovens brasileiros serem enviados para a Guerra da Coréia.

A instalação da assembléia foi presidida por Nuna Bartof James, grande defensora dos direitos da mulher e das liberdades democráticas. Nessa assembléia se alertou para o perigo do envio de jovens brasileiros para lutar na Guerra da Coréia. (TELES, 1993, p.50).

Em 1954 Getúlio Vargas se suicida. Em 1956 Juscelino Kubitschek, eleito com 36% dos votos, foi considerado um político democrático. Neste mesmo ano realizou-se no Rio de Janeiro a Conferência Nacional das Trabalhadoras. Mas o que não se esperava de um político considerado democrático aconteceu *O governo de Juscelino Kubitschek - JK -, tido como democrático, suspendeu o funcionamento das organizações femininas.* (TELES, 1993, p. 50).

Mesmo sendo proibidas as organizações femininas, as mulheres continuaram se organizando para defender seus objetivos. Em 1960 surge a Liga Feminina do Estado de Guanabara².

Em 1963 acontece o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, que reivindicava salários igualitários, a efetivação de leis sociais trabalhistas para mulheres, bem como queriam combater as discriminações contra as mulheres em todos os sentidos, começando por exigirem a reforma do Código Civil que continha artigos discriminatórios referentes à mulher casada.

Nesta época no Brasil os movimentos populares, inclusive o de mulheres, ganhavam as ruas e se mobilizavam fortemente devido ao quadro político, social e econômico que estava se instaurando.

Segundo MARTINELLI:

Envolvido no movimento expansionista do capitalismo e de sua consolidação em escala mundial, o país tinha suas atenções muito mais concentradas nas questões econômicas e de política externa do que nas questões sociais propriamente ditas, que, entretanto, já não podiam ser contidas em seus próprios limites. (2005, p.141).

Apesar da forte atuação dos movimentos populares os mesmos agiam de forma isolada e não viam na causa feminina uma preocupação nacional. O movimento de mulheres era constantemente desvinculado da busca de soluções para os problemas da sociedade.

Conforme TELES:

... em raríssimas oportunidades as forças políticas que se propunham a travar as lutas gerais elegeram a questão da mulher como fundamental para o desenvolvimento do próprio processo de libertação do povo. (1993, p. 62).

Esta falta de união entre os movimentos populares fortaleceu camadas da burguesia que viam nestes movimentos interesses contrários aos seus.

² Em 1960, foi fundada a Liga Feminina do Estado de Guanabara, que além de cursos, promovia palestras e liderou campanhas contra o alto custo de vida, chegando a organizar um abaixo-assinado com 100 mil assinaturas. Extraído TELES, 1993, p.50.

Para MARTINELLI:

Opondo-se de modo radical a emergência das classes populares nos quadros políticos e temerosos das ameaças ao poder hegemônico, vários setores da burguesia uniram-se aos militares para buscar formas de controlar o quadro social e recuperar seu domínio de classe. (2005, p.141).

Assim, em 31 de março de 1964, foi dado o Golpe Militar implantando no Brasil uma nova ditadura, cuja consequência imediata foi a retração de todos os movimentos populares, inclusive o de mulheres. *Com o Golpe de 64 essas associações feministas praticamente desaparecem, voltando a tomar impulso a partir de 1975, com o Ano Internacional da Mulher. (TELES, 1993 p.51).*

Ressaltamos que a luta feminista é pela conquista de direitos e não de privilégios, pois o feminismo busca uma igualdade de participação de homens e mulheres na sociedade.

Percebemos com a contextualização histórica da década de 30 até a década de 60 como as mulheres foram se organizando na sociedade tentando romper com paradigmas culturais e econômicos que tanto subalternizaram a condição da mulher na sociedade brasileira.

Salientamos que apesar da repressão política com o Golpe Militar de 1964 o movimento feminista e de mulheres continuou em busca da garantia de direitos de cidadania. Tema que será abordado no próximo item.

1.2 O “Novo Movimento Feminista”

Durante o ano de 1968 parcelas da sociedade começaram a se rebelar contra as ações ditatoriais do governo brasileiro. A ditadura era arbitrária e inconstitucional.

TELES afirma:

O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas foram fechados por mais uma ação arbitrária dos militares – o Ato Institucional nº5 (AI-5). A censura se intensificou e foi abolido o habeas corpus para os delitos por infração à Lei de Segurança Nacional. (1993, p.61)

“O novo” movimento feminista ressurgiu na década de 70, no governo Médici, em plena Ditadura Militar, momento em que a situação era de repressão, perseguição e morte. Na Europa e nos Estados Unidos, este movimento ressurgiu na década de 60, quando a situação era de grandes mobilizações por renovações culturais e de costumes.

TELES nos mostra que principalmente na periferia de São Paulo ocorriam as maiores movimentações de grupos de mulheres por melhores condições de vida.

A partir dos primeiros anos da década de 70, mulheres da periferia, principalmente de São Paulo, não se resignaram mais em ficar silenciosas diante da situação. Grupo de mães, associações ou sociedade de amigos de bairro, começaram a se movimentar, por meio de abaixo assinados e questionários, junto aos moradores de seus bairros, para levantar seus principais problemas e decidir juntos como encaminhá-los. (1993, p. 75).

Estas reivindicações dos movimentos de mulheres propiciaram novas lutas e contatos com o novo movimento feminista³. Ambas queriam discutir assuntos como: aborto, sexualidade, lesbianismo, violência sexual, enfim tudo o que envolve a condição feminina. *As mulheres da periferia começavam a se sensibilizar por seus problemas específicos, cada vez mais agravados pelas condições de vida e trabalho. (TELES, 1993, p.76).*

³ “O movimento feminista é um movimento formado por mulheres críticas e questionadoras, que busca que homens e mulheres compartilhem o poder na sociedade, e não que o poder seja apenas das mulheres”. Explicação extraída do texto de: Auad, Daniela. “Feminismo que história é essa?”. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 11.

Entretanto, havia dificuldades nesta missão, pois dirigentes políticos e alguns religiosos tentavam impedir as feministas de falarem sobre essas questões consideradas sexistas⁴.

Na realidade só se permitia o debate limitado ao trabalho doméstico, à educação das crianças, à discriminação no trabalho e, no mais, a questões gerais. O estupro era uma palavra quase proibida, só usada nos meios policiais. Os próprios militantes de esquerda chegavam a afirmar que ele ocorria apenas nos países da Europa. As feministas preocupadas com esse assunto estavam na verdade sendo influenciadas por idéias européias. (TELES, 1993, p. 76).

Aliado a este fator, como já dissemos, o regime ditatorial no país proibia qualquer manifestação de expressão. Mas, apesar destas dificuldades o movimento feminista começa a realizar ações conjuntas contribuindo significativamente para criação dos congressos que levaram as manifestações de 8 de Março. Conforme BLAY⁵

A luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do 'movimento de mulheres'. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de Março. A comemoração ocorria através da luta pelo retorno da democracia, de denúncias sobre prisões arbitrárias, desaparecimentos políticos. (2004, s/n).

Em 1975, veio a consagração do direito de manifestação pública com o apoio internacional da Organização das Nações Unidas – ONU que instituiu o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, na década de 80, começaram a ocorrer denúncias de violência contra a mulher e foram criadas as primeiras delegacias da mulher. Houve aumento da participação feminina no sindicalismo e a implantação do Plano de Atenção Integral a Saúde da Mulher realizada pelo Ministério da Saúde.

⁴ “Sexista porque dividia homens e mulheres, desvinculando-os da luta política”. (TELES, 1993, p.77)

⁵ BLAY, Eva Aterman é autora da citação extraída da internet em 17/02/2009, às 21hs. O texto citado é “8 de Março: Conquistas e Controvérsias”. Ano de 2004 (Site: www.piratininga.org.br).

Examinando a história do movimento feminista no Brasil, no início dos anos 80, a bandeira capaz de unificá-lo seria a violência contra as mulheres: A violência tornou-se o denominador comum que dá um lugar simbólico à construção de uma identidade, englobando todas as mulheres brasileiras. (MOREIRA, 1992, p.172).

Unidas neste propósito em 1988 cria-se no Brasil o SOS - Mulher, cujo objetivo era denunciar a violência de que algumas mulheres eram vítimas. O mesmo tinha como princípio a conscientização das usuárias para que as mesmas conseguissem romper com relacionamentos violentos.

O SOS - Mulher teve um papel importante naquele momento, garantindo as mulheres atendimento social, psicológico e jurídico, e apoio quando se decidiam por uma denúncia policial, que naquela época se dava muito em delegacias comuns. (MOREIRA, 1992, p.173).

A partir de 1990 as mulheres ganham espaço nas conferências da ONU, surgem albergues e Casas de Apoio voltadas para mulheres vítimas de violência.

Podemos afirmar hoje que a violência contra as mulheres ocorre em todas as classes sociais. Geralmente antes de morrer (nos casos em que há morte) a mulher já foi violentada, seja fisicamente ou psicologicamente pelo agressor: ex-companheiro, companheiro, marido, namorado, ex-marido, entre outros.

Esses crimes se diferenciam de outros crimes, como roubo ou mortes em brigas de trânsito e de bar. A diferença é que as mulheres mortas em situação de violência doméstica são mortas pelo fato de serem mulheres. Trata-se de violência de gênero. (AUAD, 2003, p.79).

Em 1994 ocorreu uma reunião chamada de Convenção de Belém do Pará⁶, na qual ficou definida claramente a violência contra a mulher como: *Qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual*

⁶ Foi uma Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e reforçada pela Resolução nº19 da ONU. Em 1999, foi adotado o Protocolo Facultativo à Convenção que criou dois mecanismos de monitoramento: O direito de petição e o procedimento investigativo. O Brasil ratificou com reservas, na parte de direito de família, e apenas em 1994, reconheceu direitos iguais para homens e mulheres também nas relações familiares. Em 13 de março de 2001, o Brasil ratificou o Protocolo Opcional. (BARSTED, 2006, p. 71).

ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. (BARSTED, 2006, p. 71).

Apesar dos avanços desta década só em 2003 o Novo Código Civil foi reformulado, conforme BARSTED.

O novo Código Civil acatou a Constituição Federal igualando homens e mulheres em direitos e obrigações. No que se refere à violência, a Constituição de 1988, adiantando-se à Convenção de Belém do Pará, incluiu no Artigo 226, que trata da família. (2006, p.73).

Segundo a Constituição Federal, artigo 226, § 8:

O Estado assegurará à assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Entendemos que todo o processo de mudança alcançado pelo movimento feminista e o movimento de mulheres foi uma luta para a construção de seus ideais de cidadania. *Ideais de cidadania são igualdade na participação, igualdade diante da lei e igualdade de oportunidades. (SOARES, 2003, p.91).*

Lutavam e ainda lutam ativamente questionando, criticando e contrapondo-se as relações estabelecidas entre o homem e a mulher. Propõem alternativas para que haja mudança econômica, social, política e ideológica na sociedade.

O desejo dessas mulheres que participaram do movimento feminista é nada mais do que mudar essa realidade em que vivemos para que tanto o sexo masculino quanto o feminino tenham total liberdade para expressar suas opiniões.

Para quem pensa que a luta terminou devido aos grandes avanços citados acima, ainda há muito trabalho pela frente, pois não é tão simples mudar uma sociedade sem uma melhor educação das pessoas dentro e fora da escola, tal educação é essencial para esse tipo de mudança, sendo um grande instrumento para mais um passo na conquista da equidade⁷ entre homem e mulher.

⁷ Equidade: justiça natural; disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada qual. Igualdade, justiça, retidão. (MICHAELIS, 1998, p. 836).

Abordaremos no próximo item a questão da violência de gênero que constitui-se como um grande entrave na luta pela equidade, igualdade, autonomia e cidadania da mulher brasileira.

1.3 Refletindo sobre a Questão da Violência

Precisamos entender o que é violência para posteriormente falarmos de violência de gênero e violência doméstica.

A violência é qualquer ação que inibe o próximo a praticar sua liberdade e a reivindicar seus direitos. Esta relação violenta pode se apresentar como violência física (que deixa marcas pelo corpo), psicológica (deixa marcas no psicológico, consciente) e sexual (obriga a ter relações mesmo contra a vontade do outro).

Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário a sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUÍ, 2000, p.433).

CHAUÍ⁸ também define a violência como um ato de brutalidade que se contrapõem à ética, porque envolve seres racionais e sensíveis, e que através da violência transforma a pessoa em situação de vítima em coisa.

Conseqüentemente, a violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, mudos inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano, e sim como coisa, fazendo-lhe violência. (1998, s/n).

Percebemos com as leituras⁹, como a formação da família foi fundamental para a situação de submissão da mulher desde os primórdios da civilização até os dias atuais. A origem da chamada família monogâmica / nuclear possibilitou o estreitamento do poder da mulher. A mulher foi tornando-se menos importante que o homem, este dominou a relação, as terras e o direito da mulher de sentir-se capaz.

⁸ Citação retirada do site da Fundação Perseu Abramo: <http://www2.fpa.org.br/> - Ensaio: Ética e Violência. Revista Teoria e debate n°39(dez/1998), acessado no dia 14/fev/2009 – 14h05min.

⁹ SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: Quem mete a colher? São Paulo. Cortez, 1992. & SOARES, Ana Cristina Nassif. Mulheres Chefes de Família: Narrativa e percurso ideológico. UNESP, 2003.

Em função da presença dos antagonismos das relações entre os sexos, homens e mulheres pertencentes a uma mesma camada social têm obstáculos para estabelecer alianças entre seus interesses políticos e econômicos. Quando o fazem, as alianças são efetivamente em bases desiguais. (SILVA apud SAFFIOTI,1992, p.29).

Entendemos que a divisão do trabalho é sexual, preponderando um sexo sobre o outro. Conforme SILVA, *o lugar da mulher, nos vários modos de produção, vem sendo determinado pela divisão social, técnica e sexual do trabalho, sendo predominantemente remetida à esfera da reprodução dos seres humanos (1992, p. 49).*

As representações acerca da mulher na sociedade geralmente são construídas através de concepções de que a mesma é frágil, submissa e dependente do homem, dando-lhe o direito de poder sobre ela.

A família¹⁰ tem um importante papel neste contexto, sendo:

(...) um locus privilegiado, onde se inscrevem relações contraditórias travejadas pelo autoritarismo e pela afetividade. Neste cenário, tem lugar situações de conflito, fundadas em relações de micro poder de natureza antagônica manifestada de forma mais ou menos explícita. Emolduradas nos contornos das relações de poder na família (no ambiente doméstico), encontra-se o fenômeno da violência conjugal, onde o alvo freqüente é a mulher. (SILVA, 1992, p. 48).

Durante anos as mulheres foram escravizadas ou trocadas por mercadorias, revelando que a dominação da mulher pelo homem não é natural, mas sim construída historicamente.

Nesse sentido, podemos perceber que a mulher é submetida à coerção social como reprodutora, cabendo-lhe as mesmas tarefas específicas como cuidar da casa, do marido e dos filhos.

¹⁰ Família: termo que vem do latim e designa servidor, pois se referia a um grupo de servos que viviam sobre o mesmo teto e com o tempo consagrando parentes paternos, maternos e consanguíneos. Extraído do texto: SOARES, Ana Cristina Nassif. **Mulheres chefes de famílias: narrativa e percurso ideológico**. UNESP, 2003, p.60.

Conforme SILVA o processo de elaboração social do papel e do lugar da mulher na sociedade varia entre a produção e a reprodução nas esferas pública e privada favorecendo a subordinação da mesma em relação ao homem:

A dicotomia entre produção e reprodução (e entre “público” e “privado”), que favorece a subordinação da mulher e do homem com base na suposta subordinação da reprodução / produção, não é privilégio, entretanto, das várias organizações da sociedade (sindicatos, etc.). A reprodução onde se processam as relações familiares (nas quais as mulheres têm um papel específico) sofre penetração do Estado, reafirmando papéis de comportamento de sexo e de classe, que tendem a reforçar a sujeição de mulheres, ao mesmo tempo em que criam possibilidades a sua luta. (1992, p.30.)

O direito paterno é intensificado pelo patriarcado, a infidelidade conjugal só é possível ao homem, sendo que a mulher cabe punições rigorosas neste caso. A monogamia é exigida somente da mulher, e isto acaba conduzindo a uma relação de escravidão, na qual a repressão e a opressão de um justificam a manutenção do estado do outro. A sociedade cria mecanismos para sustentar estas contradições que trazem conseqüências até hoje. Nesse sentido SILVA considera que *Gênero é um conceito mais adequado para analisar a relação entre a subordinação das mulheres e a mudança social e política.* (1989, p.112).

É nesse contexto que se estrutura a violência contra a mulher e o seu processo de subordinação. Com base nas leituras, conseguimos compreender como se estrutura o processo histórico ideológico em que se instala a violência de gênero no Brasil.

Violência esta que é definida por SAFFIOTI como fruto das relações desiguais entre sexos que deve ser compreendida através das relações de poder, servindo como categoria de análise para investigar a construção social do feminino e do masculino.

Conforme a autora

Esta (a violência), teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito do patriarcado, que o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. (2004, p.45).

Os estudos sobre a violência contra a mulher se intensificaram nos anos 80, quando o Brasil passa por profundas mudanças políticas e sociais. Nestes primeiros estudos identificou-se que um terço das mulheres brasileiras sofreram ou ainda sofrem de algum tipo de violência. Segundo GODINHO & COSTA¹¹:

Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem: 16% relatam caso de violência física, 2% citam psíquica e 1% lembra de assédio sexual. Porém, quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando alarmantes 43%. Um terço das mulheres admitem já ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física (24% desde ameaças com armas ao cerceamento do direito de ir e vir; 22% de agressões propriamente ditas e 13% de estupro conjugal ou abuso). (2006, p.50).

As mulheres desde sua infância são socializadas pela sociedade e até mesmo pela própria família para conviver com a ausência de poder, enquanto os homens são condicionados a conviver com a presença do poder; ou seja, o homem é sempre aquele que tem o poder de toda a situação, enquanto a mulher é sempre a frágil, a insegura. Este homem que na infância é socializado a conviver com a presença do poder, pode se tornar uma pessoa violenta, um agressor.

¹¹ As autoras contribuíram para a confecção do segundo capítulo do livro: O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. Brasília: Agende, 2006.

O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência: os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo. (SAFFIOTI, 1999¹², s/n).

Assim compreendemos que a violência é uma prática social que viola direitos individuais e coletivos. Não há tolerância para aceitar as diferenças individuais. Falaremos a seguir sobre a violência doméstica.

¹² Disponível em: <http://www.scielo.br> - Já se mete a colher em briga de marido e mulher – SAFFIOTI, out/dez.1999, acessado 14/12/2009, horário 15:12.

1.4 Violência Doméstica

A violência doméstica é a violência que ocorre no âmbito do lar, lugar no qual entendemos que deveria ser um local harmônico no contexto das relações familiares.

PAIM¹³ conceitua a violência doméstica como o ato de controlar e dominar a mulher em uma relação de poder, ocasionada pela ausência de respeito entre o dominador (o agressor) e o dominado (a mulher):

... a violência doméstica é a expressão do desejo de uma pessoa controlar e dominar a outra, numa clara demonstração de poder. Quando chega a ocorrer, é porque houve um esgotamento do diálogo, da interação saudável e do respeito entre os cônjuges. Envolve atos repetitivos que vão se agravando em frequência e intensidade como coerção, cerceamento, humilhação, danos físicos e emocionais permanentes, tanto para a vítima quanto para seus filhos. (2008, p.09).

A violência doméstica atinge todas as classes sociais, independente de cor, raça, religião. Ou seja; não é só a mulher pobre que pode sofrer violência doméstica, a mulher rica também pode se tornar vítima desta violência e ambas encontram dificuldade de romper com o ciclo da violência doméstica, uma vez que ocorre baseada em laços afetivos.

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é o chamado ciclo da violência, cuja utilidade é meramente descritiva. (SAFFIOTI, 2004, p. 79).

A violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseado no gênero, podendo causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral e patrimonial a mulher.

¹³ PAIM, Juliana. **Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica**. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. 4ª edição, 2008.

Destacaremos que embora a mulher seja considerada passiva diante da situação de violência sofrida, elas reagem à violência. Seus efeitos podem ser impactantes no âmbito do lar e menos notório no conjunto da sociedade, uma vez que ocorre na esfera privada.

A Constituição Federal de 1988, artigo 7º apresenta as diversas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre as quais a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, violência patrimonial e a violência moral.

I- a violência física, entendida como qualquer conjunto que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II- a violência psicológica, entendida como qualquer conjunto que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique ou perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamento, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo a saúde psicológica e autodeterminação;

III- a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que induza a comercializar ou a utilizar de qualquer modo, sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante a coação, chantagem, suborno, manipulação ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV- a violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Outro aspecto da violência doméstica é que ela tende a aumentar em função do desemprego, desigualdade, pauperização e do próprio sistema capitalista. A violência doméstica também está relacionada ao problema com o uso de álcool e outras drogas.

O Estado brasileiro constituiu em 2006 uma legislação que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha. Esta garante o exercício dos direitos das mulheres e algumas medidas de assistência e

proteção às mesmas, as quais explicaremos mais adiante bem como falaremos sobre a Lei Maria da Penha. Para falar sobre a proteção a mulher apresentamos as fases da violência de gênero.

fazendo a mesma ter sentimentos de medo, exclusão, raiva, culpa. A mulher se torna submissa a novas agressões.

Primeira Fase¹⁵

Estabelecimento de Tensão:



Nesta fase, os incidentes que ocorrem são agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos, xingamentos, crítica constante, humilhação psicológica e pequenas agressões físicas.

Conforme PAIM há *um aumento gradual da tensão que pode durar de alguns dias a um período de anos*. (2008, p.12). O agressor torna-se gradativamente agitado e raivoso, a mulher nega que o abuso esteja acontecendo e tenta controlar a situação assegurando que as tarefas do lar estejam todas bem feitas. Ao pequeno incidente ocorre à violência, a mulher (vítima) tenta justificar a agressão do companheiro, e tende a ficar mais dócil, mais prestativa, para evitar provocações que levem as novas agressões.

¹⁵ Ilustração 2 * Modelo extraído de Trabalho de Conclusão de Curso. JESUS, Cleide Maria de & BORBA, Maria José Mota de. **Lei 11.340 Maria da Penha, coíbe a violência doméstica ou as denúncias das mulheres?** Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2007, p.40.

Segunda Fase

Explosão da Violência:

Esta fase é mais curta que a 1° e 3° fase. É uma fase de descontrole e destruição, onde *o ato destrutivo principal é a de violência física contra a mulher. Frequentemente esta violência aguda é acompanhada por severa agressão verbal. (PAIM, 2008, p. 12).* A mulher sofre danos mais sérios, o agressor sabe como prolongar o momento da violência sem matar a sua companheira. Em alguns casos a mulher pode negar a gravidade dos danos físicos e morais para acalmar o agressor e por fim nesta fase. Na maioria das vezes a mulher percebe a aproximação desta fase, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade e por fim acaba provocando os incidentes violentos por saber inconscientemente que esta fase é mais rápida que leva a fase da lua-de-mel.

Terceira Fase

Fase amorosa – Lua-de-mel:

Nesta fase a agressor demonstra arrependimento devido ao seu comportamento e passa a agir de forma humilde e amorosa tentando se desculpar.

O agressor através dessas ações muitas vezes convence a família, os amigos e a própria mulher de que sua intenção de mudança é verdadeira. *O agressor se mostra carente, não pode viver sem a mulher. A mulher sente se responsável pelo homem. É durante esta fase que a probabilidade da mulher fugir é menor. (PAIM, 2008, p.13).*

Em alguns casos não há nenhum comportamento amoroso nesta fase apenas a ausência da violência, já em outros o comportamento amoroso do agressor reforça na mulher a esperança de que o mesmo mudará. Encorajando a mesma a manter sua relação amorosa.

A Fase Três traz de volta a tensão, que provoca a fase um. O ciclo de violência começa novamente. Eventualmente, o remorso que o agressor sente na Fase Três vai dando lugar aos pequenos incidentes de agressão que caracterizam a Fase Um. (PAIM, 2008, p.13).

O Ciclo da Violência de Gênero não ocorre necessariamente com todas as mulheres que são vítimas de violência doméstica. Segundo SAFFIOTI *o ciclo da violência é meramente descritivo* (2004, p.81). Mesmo quando permanece na relação por décadas às mulheres reagem à violência, variando muitas estratégias. Isto significa dizer que a dificuldade da mulher está em ser respeitada em seus direitos de igualdade de sexo e não por ser cúmplice as agressões sofridas.

No próximo item destacaremos o Movimento Feminista a partir da década de 80 e o surgimento das primeiras Delegacias de Defesa da Mulher em São Paulo.

1.6 O Movimento Feminista e as Primeiras Delegacias de Defesa da Mulher em São Paulo

Conforme pesquisa bibliográfica compreendemos que na década de 80 houve uma intensificação dos movimentos populares. Estes foram formados por muitas lutas femininas, no que diz respeito à situação de violência que muitas mulheres eram vitimadas.

Era necessário agir contra esta situação de violência que muitas mulheres sofriam apenas por serem mulheres e que historicamente continuava a ser naturalizada em nossa sociedade. Como afirma HERMANN, *era urgente tirar do silêncio da intimidade a violência conjugal e familiar. (2006, p. 92).*

Surgidas no processo de redemocratização política do país, as Delegacias de Mulheres, são os primeiros passos na direção da efetivação de políticas públicas específicas, visando atender e dar visibilidade à dramática situação das mulheres em situação de violência doméstica e sexual no Brasil.

Em 1985, no governo de Franco Montoro, foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de São Paulo, e em 1986 no Rio de Janeiro. Estas delegacias ficaram conhecidas como Delegacia de Mulheres.

A Criação de uma delegacia especial para receber queixas de mulheres fazia-se necessária pela reiterada constatação da pouca importância concedida às denúncias feitas nas delegacias comuns e que, a rigor, deveriam tratar todo e qualquer crime com a mesma seriedade e atenção. (HERMANN, 2006, p. 92).

Foram criadas nas esferas dos Estados federativos e acompanhadas de ações do Executivo. *A exemplo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, formado em 1985. (HERMANN, 2006, p.92).*

Esse processo acompanhou as conquistas do cenário internacional, produto das Conferências da Mulher realizadas no México (1975), em Copenhague (1980) e Nairóbi (1985). (HERMANN, 2006, p.93).

A partir de então, a violência de gênero passou a ser considerada e tratada como uma questão de gravidade. Destaca-se a Conferência Mundial de Direitos

Humanos (1993), realizada em Viena, onde o Tribunal de Crimes Contra as Mulheres apresentou a proposta de incluir “*o direito a vida sem violência como indissociável da luta pelos Direitos Humanos no mundo*”. (HERMANN, 2006, p. 93)

Ainda em 1993, foi aprovada pela ONU, a Declaração de Eliminação da Violência Contra a Mulher, que teve grande importância pela realização da Convenção para Prever, Punir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres, elaborada pela Organização dos Estados Unidos (OEA).

Compreendemos que a Declaração de Eliminação de Violência Contra a Mulher foi um importante movimento internacional na luta dos direitos humanos das mulheres. Trouxe impactos positivos na Legislação Brasileira e Mundial dando base às políticas públicas voltadas a violência contra a mulher.

Conforme BARSTED

Deve-se assinalar a ação do movimento internacional de mulheres junto às Nações Unidas e outras instituições internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), na aprovação de um direito internacional que reconhece os direitos humanos das mulheres. Esse novo direito vem se consubstanciando em tratados, convenções, recomendações, declarações e planos de ação que, além de denunciarem as violações dos direitos humanos das mulheres, têm produzido impactos positivos nas legislações de inúmeros países, incluindo o Brasil, e que devem nortear as políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres. (2006, p.69).

A partir de 1994, importantes avanços deram início a alterações na legislação penal. Relata BARSTED.

A Lei n° 8.930/94 inclui o estupro entre os crimes hediondos, considerando inafiançável; a Lei n°9.029/95 passou a considerar crime a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez para efeitos de admissão ou permanência em empregos; a Lei n°9.046/96 determinou que os estabelecimentos penais destinados às mulheres fossem dotados de berçários, onde as condenadas pudessem amamentar seus filhos, conforme já garantido pela Constituição Federal; a Lei n 9.318/96 alterou o Artigo 61 do Código Penal que trata das circunstâncias agravantes de um crime, acrescentando à alínea h a expressão “mulher grávida”. Ainda em 1996 a Lei n°9281 revogou o parágrafo único relativo aos artigos 213 e 214 do Código Penal (estupro e atentado violento ao pudor), aumentando as penas para esses delitos. (2006, p. 74).

Outro importante avanço ocorreu com a Lei nº10.224/2001 que definiu como crime no Código Penal,

Constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função. (Art. 216 – A).

As alterações no Código Penal em grande escala foram indicadas através do Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW) com a participação das demandas do movimento de mulheres.

Porém não chegava a instituir uma política nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres, o que prejudicava a ação do poder público.

Constata-se que cerca de 70% dos casos que chegam aos Juizados Especiais Criminais envolvem situações de violência doméstica contra as mulheres. Do conjunto destes casos, a maioria termina em conciliação e sem que as mulheres encontrem uma resposta qualificada do poder público à violência sofrida. (BARSTED, 2006, p.78).

Após 20 anos da criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, ainda há muita luta dos movimentos de mulheres e do movimento feminista para a consolidação da cidadania das mulheres brasileiras. Como afirma BARSTED:

Mais de 20 anos depois dessas iniciativas, e de continuidade das pressões para o aprimoramento desses instrumentos de luta pela consolidação da plena cidadania das mulheres brasileiras, serviços de apoio, como o Centro Integrado de atendimento à Mulher (onde as vítimas encaminhadas pelas DEAMs podem encontrar apoio social, jurídico e psicológico), serviço médico especializado para o atendimento de mulheres vítimas de violência sexual, de Casas – Abrigo para vítimas (e filhos) em situação de violência e em risco de morte. (2006, p. 92).

Assim, compreendemos que as primeiras Delegacias de defesa da mulher foram um importante passo para a efetivação de políticas públicas. Contribuindo

para que mulheres de todo o Brasil pudessem denunciar casos de violências cometidas tanto no espaço público como no espaço privado.

Destacamos que há muitas questões a serem efetivadas como a criação do protocolo que registre o atendimento prestado a usuária no qual o serviço seja interligado entre redes de proteção nos diversos segmentos de apoio destinados à mulher bem como delegacias, saúde, casas de apoio, casa de passagem, abrigos entre outros. Ressaltamos a necessidade de capacitação continuada entre equipe multidisciplinar que presta atendimento a mulher em situação de violência.

Estas medidas são fundamentais uma vez que, *cerca de 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil. (HERMANN, 2006, p.107).*

Dando continuidade ao nosso estudo abordaremos a seguir a Lei Maria da Penha/2006, mais uma conquista de direitos no enfrentamento da violência doméstica.

1.7 Lei Maria da Penha/2006 no enfrentamento da violência doméstica

Neste item faremos um breve resgate histórico de como os direitos de cidadania foram introduzidos na cena política a partir do século XVIII para posteriormente analisarmos a Lei Maria da Penha/2006 no enfrentamento da violência doméstica.

Os direitos de cidadania têm como marco a Revolução Francesa e a conjuntura histórica que iniciou o que os historiadores denominaram *modernidade*. A liberdade do homem se afirma quando ele se coloca como cidadão, possuidor de direitos e deveres para com a sociedade.

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na sociedade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). (COVRE, 1996, p. 18).

Cidadania também remete a construção do coletivo, não só em relação às necessidades básicas, mas da construção de acesso a todos os níveis de existência.

De acordo com MARSHALL (apud WALBY,1950), a cidadania tem três dimensões: política, civil e social.

Política: o direito de participar no poder político, como membro de um órgão investido de poder político, ou como eleitor; civil: liberdade de expressão, existência legal como indivíduo e liberdade da pessoa; social: o direito ao bem-estar econômico suficiente para poder participar da sociedade de acordo com alguns padrões vigentes. (2004, p.170)

A proposta mais usual de cidadania é a de que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. Nesta direção temos a Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã.

Os princípios fundamentais da Constituição nos trazem a importância da dignidade da pessoa humana do pluralismo político para que se possa construir uma

sociedade livre, justa e solidária contribuindo para a promoção de uma vida livre de violência e discriminação.

Título I

Dos Princípios Fundamentais:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir acesso ao desenvolvimento nacional;

III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais;

IV- promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
(Constituição Federal, 2008, p. 9)

Pensando nestes princípios, começamos a entender a situação da mulher brasileira, suas lutas e conquistas para garantir minimamente seus direitos.

O movimento de mulheres buscou ao longo da história a igualdade de gênero pautada na cidadania feminina, especialmente na idéia de direitos humanos universais como fonte de legitimação para suas reivindicações. As mudanças na percepção de gênero têm a ver com o fato de a cidadania estar em permanente construção.

Para que exista essa cidadania é necessário que ocorra a emancipação humana pautada no pleno desenvolvimento da mulher, o que significa também ter melhores condições de trabalho salarial, além da criação de políticas públicas voltadas para a condição feminina em todos os âmbitos: econômico, políticos e sociais. Emancipação humana que segundo FIGUEIREDO:

[...] tem a ver com a liberdade em nível da supressão dos obstáculos à emancipação humana, ou seja, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e a criação de uma nova forma de associação digna da condição humana. Dentro da comunidade terá cada indivíduo os meios de cultivar seus dotes e possibilidades em todos os sentidos. (2005, p. 4)

Neste sentido, podemos dizer que a emancipação não é uma eventualidade, mas sim uma conquista humana, sendo uma construção contínua. Portanto cidadania e emancipação são dois conceitos que caminham juntos para o alcance dos objetivos da luta das mulheres.

SOARES¹⁶ define cidadania através da luta feminista pela igualdade de gênero.

A cidadania é um dos eixos de ação e reflexão do movimento feminista e, ao mesmo tempo, uma das preocupações democráticas do final do século. Constitui um pólo importante para articular a longa luta das mulheres pela igualdade. (SOARES, 2003, p. 90).

A desigualdade entre homens e mulheres ainda é muito forte em nossa sociedade, apesar das lutas dos movimentos de mulheres e das leis que proíbem a discriminação. (...) *a desigualdade de gênero se mantém expressiva em relação aos direitos de cidadania social.* (SOARES, 2003, p. 92).

Uma expressão desta desigualdade é a violência que a mulher sofre por ser mulher. Por ser considerada como sexo frágil, dependente financeiramente, violentada sexualmente quando não quer manter relações sexuais com o marido ou companheiro.

Devemos entender que a violência não é natural, ninguém apanha por que gosta. *“Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência”.* (FREIRE, 2007, p. 67).

Muitas vezes, a mulher se mantém nesta condição de violência por falta de apoio jurídico, financeiro e etc., de políticas públicas efetivas que garantam a dignidade da mesma.

¹⁶ Citação retirada do livro Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres – Texto: A Construção da Cidadania Fragilizada da Mulher, Vera Soares, 2003:89.

Pensando nestas prerrogativas, criou-se a Lei nº 11340/06¹⁷ – Lei Maria da Penha - sancionada em 2006, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Esta Lei é um marco na luta de direitos da cidadania da mulher.

O nome de Maria da Penha descreve as responsabilidades dos órgãos públicos com relação à violência doméstica. Maria da Penha Maia Fernandes foi uma das muitas mulheres que sofreu violência doméstica por parte de seu marido e companheiro e que luta por justiça neste País. Seu caso alcançou a Organização dos Estados Americanos (OEA) que acatou as denúncias, mas foi só depois de 18 anos de luta, mais precisamente em 2001, que o Estado foi punido por negligência e omissão em relação de violência doméstica contra a mulher, portanto, foi obrigado a tomar providências na revisão de políticas públicas voltadas para a violência contra a mulher.

A Lei trás inovações no que tange a definição da violência doméstica, suas várias formas independente de gênero. Proíbe expressamente a aplicação de multas em forma de cestas básicas; a intimação não pode ser entregue pela mulher ao agressor; a mulher tem que ser notificada sobre o andamento do processo; deverá ser acompanhada de um advogado; altera o código processual penal podendo haver prisão preventiva do agressor; e a pena poderá ser aumentada em 1/3 em caso de violência doméstica cometida contra a mulher deficiente.

Inovações:

- Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Estabelece as formas de violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
- Determina que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual.
- Ficam proibidas as penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas).
- É vedada a entrega da intimação pela mulher ao agressor.

¹⁷ A lei coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do inciso 8º do art.226 da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal, dentre outras providências. (Secretaria Especial de políticas Especiais para mulheres, 2008, p. 15)

-A mulher vítima de violência doméstica será notificada dos atos processuais, em especial quando do ingresso e saída de prisão do agressor.

-A mulher deverá estar acompanhada de advogado (a) ou defensor (a) em todos os atos processuais.

-Retira dos juizados Especiais Criminais (lei 9.099/95) a competência para julgar os crimes de violência doméstica contra a mulher.

-Altera o código de processo penal para possibilitar a decretação da prisão preventiva quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher.

-caso a violência doméstica seja cometida contra mulher com deficiência, a pena será aumentada em 1/3. (LEI MARIA DA PENHA, 2008, p.9)

No âmbito policial as inovações da lei permitem que em casos de flagrante o agressor seja preso imediatamente e ainda a polícia deve requerer ao poder público judiciário medidas protetivas de urgência em até 48 horas a mulher em situação de violência.

Autoridade Policial

-Prevê um capítulo específico para o atendimento pela autoridade policial para os casos de violência doméstica contra a mulher.

-Permite à autoridade policial prender o agressor em flagrante sempre que houver qualquer das formas de violência doméstica contra a mulher.

-Registra o boletim de ocorrência e instaura o inquérito policial.

-Remete o inquérito policial ao Ministério Público.

-Pode requerer ao juiz, em 48h, que sejam concedidas diversas medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência.

-Solicita ao juiz a decretação da prisão preventiva com base na nova lei que altera o código de processo penal. (LEI MARIA DA PENHA, 2008, p.10).

Ao judicial cabe conceder medidas protetivas de urgência dependendo da gravidade da situação; caberá ao juiz a competência para analisar o crime e outras demandas que envolvem a família e por fim cabe ao juiz a decisão e a sentença final.

Processo Judicial

-O juiz poderá conceder, no prazo de 48h, medidas protetivas de urgência dependendo da situação.

-O juiz do juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher terá a competência para apreciar o crime e os casos que envolverem questão de família.

-O ministério público apresentará denúncia ao juiz e poderá propor penas de 3 meses a 3 anos de detenção, cabendo ao juiz a decisão e a sentença final. (LEI MARIA DA PENHA, 2008 p.11).

Entendemos através dos textos lidos, que nada justifica a violência contra a mulher, cabendo ao conjunto da sociedade e ao Poder Público medidas que efetivamente contribuam para a autonomia da mulher tanto na esfera pública como na privada.

Autonomia no que se refere ao poder, direito ou condição de governar-se a si mesmo. Independência, liberdade, autodeterminação; poder ou capacidade de autodeterminação, livre arbítrio. (SANTOS, 1994, p.28)

Compreendemos assim que as mulheres, não só as brasileiras, merecem uma vida digna com liberdade de ir e vir sem medo de lutar, de se expressar e de comunicar-se. Temos certeza que se houverem ações articuladas entre a sociedade e o Estado haverá possibilidades de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher tornando nosso país mais justo e igualitário.

A partir destas análises salientamos a importância do movimento feminista em defesa dos direitos da mulher na luta contra o machismo e a violência sexista e defendemos a construção de políticas públicas que garantam a autonomia pessoal e econômica das mulheres, combatendo a discriminação social, econômica e política.

Dando continuidade ao estudo citado anteriormente, iremos contextualizar no capítulo seguinte o Distrito do Jardim Ângela, o trabalho desenvolvido pela Casa Sofia e como funciona a intervenção do Serviço Social na Instituição. Posteriormente desenvolveremos a análise e interpretação de dados da pesquisa de campo.



<http://www.emdiacomacidadania.com.br/blog/md/violencia>

CAPÍTULO II

O DISTRITO DO JARDIM ÂNGELA E A SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES

Se a nossa força é a palavra, só tem uma forma de exercer o diálogo: abrindo esse dialogo para os que não puderam ainda falar e nem ser ouvidos. Que nosso diálogo seja provocador de outros diálogos. (IRADJ EGHARI)



2. O Distrito do Jardim Ângela (Santos Mártires)

Uma outra periferia é possível,
necessária e urgente. (Santos Mártires).

O Distrito do Jardim Ângela¹⁸ está localizado na região da Zona Sul de São Paulo, às margens da Represa Guarapiranga, possuindo atualmente 300 mil habitantes. Em 1995 apresentava uma taxa de 112 homicídios por 100 mil habitantes. No final desta década foi considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o bairro mais violento do mundo.

Através de inúmeras entidades que atuam no distrito voltadas para a conscientização de cidadania da comunidade local, esses números vêm diminuindo consideravelmente. Segundo a Fundação Seade, desde 2005 estas taxas diminuíram 50%, chegando aos consideráveis 43 homicídios por 100 mil habitantes.



Ilustração 3. Mapa Distrito Jardim Ângela

¹⁸ Alessi, Gil. Fundação Seade – Jardim Ângela: Contrariando a Estatística. 28/02/2009. 12h: 49min. Site: <http://nbjolpuc.wordpress.com/2007/09/29>

Atuando fortemente no distrito do Jardim Ângela está a Sociedade Santos Mártires, uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1988 pela comunidade e pelos padres locais. É certificada como de utilidade pública, municipal, estadual e federal. Tendo como objetivo a promoção da dignidade humana.

A Sociedade Santos Mártires tem por missão:

Ser uma chama de esperança na região do Jardim Ângela através de ações que valorizam a vida de crianças, jovens e adultos, estimulando-os à prática da cidadania ¹⁹.

A Sociedade Santos Mártires é liderada pelo padre Jaime Crown que está no Jardim Ângela desde o Movimento Contra a Carestia de 1978. Uma das primeiras mobilizações alcançadas por ele foi a 1º Caminhada pela Vida e pela Paz de 1996, dando origem ao Fórum em Defesa a Vida (FDV) ²⁰.

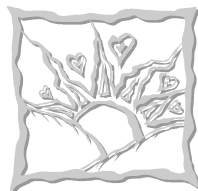
Atuante nas áreas da educação, promoção de direitos, saúde, meio ambiente, cultural e de mobilização social, a Sociedade Santos Mártires disponibiliza diversos cursos: panificação, manutenção de computadores, cabelereiro, pizzaiolo, informática e inglês; e serviços: Biblioteca; Loja Social; Centro para Criança e Adolescente, CEDECA, Casa Sofia, Abrigo Maria da Penha, Casa Raio de Sol, Núcleo de Proteção Social, Ninho da Esperança, Centro de Referência Ação Família, Tele-Centro, Centro Utilitário de Apoio aos Filhos de Dependentes Químicos, Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas, Projeto São Paulo Cuida, Fórum em Defesa da Vida, Fórum da Educação, Fórum de Inclusão, Fórum da Criança e do Adolescente, Fórum Permanente de Mulheres, Fórum Regional da Assistência Social de Campo Limpo e Fórum do Idoso.

A seguir destacaremos a Casa Sofia e a importância dos serviços disponibilizados pela mesma às mulheres em situação de violência doméstica.

¹⁹ Citação extraída do site: <http://www.santosmartires.org.br>

²⁰ A Caminhada Pela Vida e Pela Paz é um ato contra a violência e opressão vivenciada pela comunidade. Este sem dúvida foi o marco histórico para a região do Jardim Ângela. Para saber mais consulte : INABA, Pedro T. e ADÃO, Cláudia. *“Os Atuais desafios dos fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo: Fórum em Defesa da Vida da Zona Sul de São Paulo.”*– São Paulo, 2007. Iniciação Científica da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica.

2.1 A Casa Sofia



Casa Sofia

“Uma luz que brilha na escuridão”.

Casa Sofia²¹ – Núcleo de Defesa e de Convivência da Mulher, fundada em 28 de Novembro de 1999, é um serviço que atende mulheres em situação de violência doméstica, sexual e de gênero. Está localizada na Região Sul de São Paulo, no bairro do Jardim Ângela. A Casa Sofia é uma instituição vinculada à Sociedade Santos Mártires, e atualmente possui convênio com a Secretaria da Assistência Social.

A Casa Sofia surgiu da necessidade de um serviço diferenciado que atendesse a mulher em situação de violência, já que o índice de violência na região era muito alto. Marli Torres Bonfim e Suzanne Marie Mairllou²² juntas tiveram como ideal: escutar, defender e unir mulheres que sofrem violência doméstica.

Nestes primeiros anos o atendimento da Casa Sofia era realizado através do voluntariado da Igreja Católica. Os primeiros atendimentos ocorreram através de atendimentos telefônicos, grupos de mulheres, orientação jurídica, ressaltando que todo o trabalho era desenvolvido através do voluntariado (psicólogos, advogados, educadoras e...)

Em 2001 foi firmado o convênio com a Secretaria Municipal da Assistência Social passando a ser Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher – Casa Sofia e a Sociedade Santos Mártires sendo esta a mantenedora dos serviços.

²¹ Informações retiradas do Trabalho de Conclusão de Curso. Silva, Priscila Santos. **Casa Sofia – Resgate Histórico, Conquista e Organização Popular das Mulheres 1999 a 2008**. Faculdade de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2008.

²² Fundadoras da Casa Sofia, Suzanne e Marli realizaram diversos trabalhos de mobilização com a comunidade, levando a consciência crítica-política para as mulheres. Marli Torres Bonfim, brasileira, advogada, foi militante da Pastoral Operária e Eclesial de Base, também milita no Partido dos Trabalhadores. Coordenava o Centro Maria Mariá, um dos projetos da Sociedade Santos Mártires. Faleceu em 04 de junho de 2008 por falência múltipla dos órgãos. Suzanne Marie Marlloux, canadense, educadora com mestrado em Aconselhamento Pastoral, religiosa da Congregação das Irmãs dos Santos Nomes de Jesus e Maria Desde o Canadá já desenvolvia trabalhos direcionados para mulheres. Em 1995, saiu do Canadá para atuar na região, fazia um trabalho de aconselhamento com mães das creches do Jardim Nakamura, lutando para conquista de seus espaços e sua emancipação na sociedade.

Com este convênio o trabalho desenvolvido pela Casa Sofia deixa de ser apenas “caridade, voluntariado” e passa a ser legitimado sendo possível formar uma equipe técnica de profissionais multidisciplinares.

Com o crescimento do número de atendimento a mulher foi possível ampliar o local de atendimento às usuárias do serviço, passando a ser na Casa II²³ (como esta ficou conhecida, pois a Casa I foi considerada o primeiro local onde ocorriam os atendimentos até então).

Conforme o Projeto Social da Casa Sofia o atendimento pretende resgatar a auto-estima das mulheres em situação de violência doméstica para que as mesmas rompam com o ciclo da violência. Além de informar sobre os direitos e deveres de cidadania que as usuárias possuem para a efetivação de políticas públicas na região do Jardim Ângela.

Promover a elevação da auto-estima das mulheres em situação de violência doméstica e sexual, para que rompam o círculo da violência, a fim de buscar uma melhor qualidade de vida; fornecer informações sobre direitos e deveres de cidadania, enfocando a situação das mulheres, visando à ampliação da consciência sobre a questão; oferecer oficinas para a auto-sustentação, desenvolvendo habilidades para geração de renda; oferecer apoio através de atendimento pedagógico, psicossocial e jurídico às mulheres em situação de violência; atender às necessidades imediatas mediante avaliação: passagem de ônibus (municipal/intermunicipal/ interestadual), alimentação, etc; encaminhar para abrigos às mulheres e filhos em situação de risco de morte; atender pelo telefone 0800. (casos e orientações). (SILVA, 2008, p. 51)

A Casa Sofia acolhe 480 mulheres por mês e atende aproximadamente a 1.000 mulheres através do atendimento telefônico gratuito mensalmente. Mostraremos a seguir quais são os serviços que a Casa Sofia disponibiliza para a mulher, lembrando que também realiza o trabalho de orientação para a comunidade.

- ⊗ Terapia Comunitária;
- ⊗ Grupo de Apoio Coletivo;

²³ A Casa II está situada na Rua Doutor Luís Fernando Ferreira nº 06.

- ⊗ Serviço de 0800;
- ⊗ Atendimento Jurídico;
- ⊗ Atendimento Serviço Social;
- ⊗ Atendimento Psicológico;
- ⊗ Grupo Arte Terapia;
- ⊗ Grupo Psicoterápico;
- ⊗ Oficinas;
- ⊗ Massagem;
- ⊗ Orientação Técnica: interna e externa.

Estes serviços oferecidos pela Casa Sofia são realizados com um propósito, de que a mulher através de sua auto-estima tenha meios para alcançar a emancipação da violência em que se encontra.

Serviço Social

Quando a usuária chega a Casa Sofia pela primeira vez é necessário que ela passe pelo acolhimento. O acolhimento é realizado pelas Assistentes Sociais. Este é um momento no qual a usuária relata o motivo que a levou até a Casa Sofia. Neste momento, é preenchida uma ficha de dez páginas que contém todos os dados da mulher, da violência sofrida e do agressor.

O primeiro momento é acolhida pela Assistente Social, onde haverá uma escuta qualificada, levantamento de sua situação sócio-econômica posteriormente orientada/informada de seus direitos e encaminhada para os serviços interno e/ou externo. (NOVAES, 2009²⁴).

Durante o acolhimento a mulher é orientada sobre o trabalho da Casa Sofia: violência doméstica e gênero, os seus direitos, A Lei Maria da Penha. A mulher também é informada de que todas as decisões terão que partir dela, as técnicas da Casa Sofia apenas poderão orientá-las mostrando as possibilidades de mudanças.

²⁴ Zilda Novaes, Assistente Social, em entrevista concedida as alunas Mônica Jesus, Renata Medina e Tatiane Cecília.

Zilda Novaes, assistente social, ressalta que a *“mulher sempre será protagonista de sua própria história”*.

O acolhimento não tem um limite de tempo estabelecido, pois, cabe a mulher decidir qual tempo necessita para falar sobre a violência que sofre ou sofreu, sendo atendidas pelo Serviço Social ou pela Pedagogia.

Através do conhecimento metodológico é possível romper com os paradigmas culturais e com as dificuldades que qualquer técnico em Serviço Social enfrenta dentro da instituição, pois as barreiras e as dificuldades tanto em recursos como na articulação de redes são diversas. É preciso ir além da teoria, ou seja, é preciso que a teoria caminhe junto com a prática. Assim como afirma FALEIROS:

A possibilidade da teoria não se limita à teoria dentro da teoria, a um desdobramento da teoria por dentro, mas, à sua confrontação com a dinâmica da realidade, num processo de ruptura com o senso comum, com a dóxa, com a aceitação passiva do mundo. É preciso contrapor diferentes formas de conhecimento para se buscar os pressupostos daquilo que se supõe o real. (2001, p.69).

O conhecimento metodológico é muito importante para o profissional de Serviço Social, pois este conhecimento é que vai nortear a prática do assistente social.

No próximo capítulo, iremos discutir a metodologia que utilizamos para a nossa pesquisa de campo. Também serão analisados os dados das entrevistas coletadas em campo.

2.2 Metodologia da Pesquisa

Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar. (SHAKESPEARE).

Nosso projeto de pesquisa começou a nos interessar a partir dos relatos da estagiária Tatiane Cecília em seu campo de estágio na Casa Sofia.

Mediante suas falas fomos pensando na necessidade de entendermos como o ciclo da violência de gênero se compõe e destrói a vida de muitas usuárias que participam dos projetos desenvolvidos pela instituição.

Ao pesquisarmos várias referências bibliográficas definimos como tema de estudo a análise do trabalho desenvolvido pela Casa Sofia na perspectiva do rompimento do ciclo da violência de gênero.

Seguindo orientações dadas em sala de aula pela Professora Viviane Diniz, traçamos um projeto de pesquisa, que tivesse por metodologia o estudo de caso utilizando a pesquisa qualitativa.

Estudo de caso é entendido como uma avaliação sistemática de uma instância específica. Essa instância pode ser um evento, uma pessoa, um grupo, uma escola, uma instituição, um programa, etc. (ANDRE, 1984, p.51).

O estudo de caso também nos fornece mecanismos para a coleta de dados fundamentando a metodologia da pesquisa, uma vez que é uma forma particular de estudo voltado para sujeito entrevistado.

Segundo ANDRE

O estudo de caso não é um método específico de pesquisa, mas uma forma particular de estudo. As técnicas de coleta de dados utilizadas no estudo de caso se identificam como as técnicas do trabalho de campo da sociologia e antropologia. Porém, a metodologia do estudo de caso é eclética, incluindo, via de regra, observação, entrevistas, fotografias, gravações, documentos, anotações de campo e negociações com os participantes do estudo. (1984, p. 52)

Depois desta definição começamos a pensar na técnica para entrevista com as usuárias que haviam pertencido aos atendimentos oferecidos pela Casa Sofia. Lendo MINAYO decidimos pela entrevista semi-estruturada que segundo a mesma articula perguntas fechadas e abertas dando liberdade para o entrevistado discorrer sobre o assunto.

Entrevista semi-estruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada. (MINAYO, 2007, p.61).

Por ser uma pesquisa qualitativa fundamentamo-nos na relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. O objeto não é um dado inerente, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Antes de falarmos da pesquisa, faremos um breve relato expondo como foi para nós alunas chegarmos ao 8º semestre.

No 7º semestre, iniciamos o TCC. A partir deste momento começamos a fazer vários questionamentos entre eles: quais seriam os caminhos a percorrer? Como dar continuidade ao nosso projeto? Por onde começar? Estas e muitas outras dúvidas começaram a nos inquietar.

Nas primeiras aulas de monografia administradas pela professora Selma Amaral, sugerimos o orientador da pesquisa. A princípio, ficamos muito satisfeitas com a nomeação da orientadora, porém, a partir de então tínhamos muito trabalho pela frente.

A primeira orientadora foi fundamental por nos ajudar a compreender e a decidir o ponto de partida, a contextualizar o marco teórico e a elaboração do sumário. A assistente social Zilda Novaes também esteve disposta a nos ajudar e foi fundamental neste momento tão difícil.

Assim como a segunda orientadora que nos fez perceber a importância de termos uma orientadora interada com as leituras e disposta a nos direcionar em relação aos caminhos a serem percorridos. Nos instrumentalizando com saberes profissionais pertinentes a nossa pesquisa.

Neste momento a nossa orientadora nos indagou sobre a necessidade de entrevistarmos as profissionais que trabalham na Casa Sofia para termos subsídios para falarmos do trabalho desenvolvido pela instituição.

Decidimos que as entrevistas seriam realizadas com duas usuárias que não faziam mais parte da Casa Sofia, por isso não nos preocupamos em definir o perfil com dados que informassem faixa etária, trabalho, entre outros.

Ao lermos as fichas escolhemos 2 (duas) usuárias que utilizaram os serviços oferecidos pela Casa Sofia, pois acreditávamos que as histórias dessas mulheres eram riquíssimas tanto no que se refere ao processo de violência sofrido tanto no que se refere ao rompimento do ciclo da violência de gênero. Que é o objeto de pesquisa do nosso Trabalho de Conclusão de Curso. Depois escolhemos 4 (quatro) profissionais: uma advogada, uma assistente social, uma psicóloga e a coordenadora para mostrar quão importante é o atendimento desenvolvido através de equipe multidisciplinar.

As usuárias escolhidas para serem entrevistadas foram: Helen, 30 anos, ensino médio incompleto, procedência Rio de Janeiro e Célia, 61 anos, ensino fundamental incompleto, procedência Pernambuco, foram indicadas pela assistente social Zilda Novaes, mediante a ficha de acolhimento.

Após a seleção das entrevistadas, fizemos um levantamento de dados através de entrevista com roteiro semi-estruturado e gravador de voz para realização do trabalho.

A pesquisa foi realizada no dia 12 de fevereiro, na Casa Sofia, o contato com as mulheres ocorreu por intermédio da assistente social Zilda Novaes. Utilizamos a sala de acolhimento para realizar as entrevistas.

Antes de iniciarmos as entrevistas pedimos para que cada usuária escolhesse um nome fictício preservando a identidade das mesmas e explicamos o objetivo do trabalho.

Entrevistamos posteriormente as profissionais da Casa Sofia, a fim de entendermos como o trabalho da instituição era desenvolvido e a técnica de pesquisa utilizada foi à sondagem de opinião. Escolhemos esta técnica de entrevista pois desejamos que nosso questionário fosse respondido de forma direta pelas profissionais que acolhem as mulheres em situação de violência de gênero.

Sondagem de opinião, no caso de serem elaboradas mediante a um questionário totalmente estruturado, no qual a escolha do informante está condicionada a dar respostas a perguntas formuladas pelo investigador. (MINAYO, 2007, p. 61)

Entrevistamos as seguintes profissionais: a assistente social (Zilda Novaes), a psicóloga (Ana Maria França), a advogada (Sandra Batalha) e a coordenadora da Casa Sofia (Celina Aparecida Simões Grigoletto). Escolhemos estas profissionais, pois são as mesmas que acompanham a mulher em situação de violência desde o primeiro contato com a Casa até o final do tratamento quando as mulheres são desligadas mediante parecer social.

Antes de entrevistá-las explicamos o motivo do nosso estudo, deixando a critério delas a decisão de participar e apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido, obrigatório neste tipo de pesquisa que envolve seres humanos já que utilizamos os dados para elaboração de nosso Trabalho de Conclusão de Curso.

2.2.1 Refletindo sobre a pesquisa: análise e interpretação dos dados coletados

Consideraremos todos os depoimentos dos sujeitos envolvidos em nossa pesquisa para realização de análise e interpretação dos dados coletados. Foram realizadas seis entrevistas:

- Helen (nome fictício) – Mulher vítima de violência de gênero;
- Célia (nome fictício) – Mulher vítima de violência de gênero;
- Celina Grigoletto – Coordenadora da Casa Sofia;
- Zilda Novaes – Assistente Social da Casa Sofia;
- Sandra Batalha – Advogada da Casa Sofia;
- Ana Maria França – Psicóloga da Casa Sofia.

Após as entrevistas e sua transcrição começamos a pensar como as leituras efetuadas nos foram úteis, uma vez que ao longo delas fomos reconhecendo histórias semelhantes com as relatadas em campo.

Ler tornou-se enriquecedor, pois neste momento percebemos que já conseguíamos relacionar teoria e prática. Passamos a apreender com nossas leituras e pesquisa parte da vida das mulheres que sofrem com a subordinação imposta pelo patriarcado e pelas relações construídas pela desigualdade através de gênero, pois em geral:

Os homens são educados, desde cedo, para responder a expectativas sociais, de modo proativo, em que o risco e a agressividade não são algo que deve ser evitado, mas experimentado cotidianamente. (PROGRAMA DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2003, p.22).

Começávamos a refletir sobre o tema indo além do senso comum. Precisávamos para isto de uma intervenção investigativa que nos mostrasse caminhos para conseguir analisar os dados coletados transformando-os em resultados.

Queríamos compreender em que medida a instituição Casa Sofia criava possibilidades para recuperar a auto-estima da demanda atendida e como trabalhava de modo a inseri-la na sociedade não mais na posição de subalternidade, mas sim, como sujeitos de direitos e deveres – cidadãs.

Mediante as entrevistas transcritas criamos núcleos temáticos por onde analisamos nossa pesquisa. Os núcleos foram divididos em: A história de vida das usuárias da Casa Sofia; A violência; O impacto social da violência; Em busca de Mudanças; O atendimento institucional: a Casa Sofia.

❖ **A história de vida das usuárias da Casa Sofia**

Iniciamos a análise de dados interpretando a história de vida de duas mulheres que estiveram em situação de violência de gênero.

Observamos em ambos os depoimentos, que as mesmas vivenciaram atos agressivos de seus pais para com suas mães durante a infância.

Nós nem teve infância, nascemos no meio do mato, a gente morria de medo do pai. Ele bebia, não batia na gente, mas batia na minha mãe. (CÉLIA)

Eu e minha família morávamos no Rio de Janeiro, minha mãe vivia apanhando do meu pai e ela acabou fugindo pra São Paulo. Meu pai era violento, o problema dele era cachaça. Já o pai da minha filha era de ruindade mesmo, não bebia, não fumava, não cheirava, não fazia nada. Seu instinto era totalmente ruim, o pai dele era assim. A mãe dele também sofreu na mão do pai dele. (HELEN)

Tomando por eixo a literatura sobre gênero estudada verificamos que é no ambiente familiar que se inscreve com maior frequência a dominação masculina sobre a mulher, pois a estrutura familiar brasileira baseada no patriarcado hierarquiza as tarefas de acordo com o gênero e com o papel representado pelos seus componentes. Assim:

No seio da família, a dominação masculina pode ser observada praticamente em todas as atitudes. Ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas. Como, de acordo com o modelo, os afazeres domésticos são considerados “coisas de mulher”, o homem raramente se dispõe a colaborar para tornar menos dura a vida de sua companheira. Não raro, ainda se faz servir, julgando-se no direito estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se a sua mulher não chega a tempo trazendo-lhe os chinelos. (SAFFIOTI, 1987, p. 50)

Culturalmente a mulher é desvalorizada a partir da divisão sexual do trabalho, uma vez que a mesma neste processo passou a ser explorada, no campo econômico, sendo muitas vezes relegadas aos afazeres domésticos.

Conforme TERRIBILI:

A divisão sexual do trabalho parte do princípio que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (agricultura, pecuária e tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (trabalho doméstico, cuidados com a horta e os pequenos animais e tudo que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família, como cuidados com os filhos). (2005, p.07)

Percebemos através das entrevistas que o homem subestima a mulher pela desvalorização do trabalho doméstico em nossa sociedade. A situação de dependência financeira fragiliza a mulher vitimizand-a diante da violência.

Ele não batia, às vezes falava, "você vai ver, eu que trabalho", era isso. E a gente besta trabalhava tanto, e não achava que aquilo era trabalho, porque ele trabalhava fora, aí ficava quieta. Não tinha direito a nada. (CÉLIA)

Em nossa sociedade os cuidados com as crianças e o espaço doméstico são sempre reservados a mulher, cabendo ao homem o papel de provedor das necessidades materiais e da família.

As funções relacionadas ao espaço doméstico passam a se inscrever na natureza feminina, servindo a legitimação da pretensa superioridade dos homens, visto que o espaço doméstico e as atividades aí desenvolvidas são desvalorizadas, dentre outras razões, porque não produzem mais valia, ou seja não possibilita a acumulação do capital. (SILVA, 1992, p. 92)

Conforme leitura de um artigo publicado no jornal oficial do Vaticano no Dia Internacional da mulher de 2009, percebemos que esta desvalorização acontece até os dias atuais, mesmo após diversas lutas e conquistas efetivadas pelo movimento de mulheres e feministas.

Conforme BRAGA, o órgão oficial da Santa Sé, L'OSSERVATORE ROMANO, publicou no dia internacional da mulher que a maior conquista feminina foi a máquina de lavar.

A conclusão aconteceu depois de um acalorado debate entre várias tendências de opinião. Na edição do jornal é possível encontrar uma breve história da máquina de lavar, desde os primórdios do notável avanço da tecnologia, 1767, para concluir que é possível à mulher tomar um cappuccino e conversar com qualquer amiga, enquanto a máquina executa o seu trabalho. É só colocar um pouco de detergente. E pronto. Chacoalha tudo. E ainda enxágua e centrifuga. Resta inventar o robô que pendure as roupas. (BRAGA, 2009, s/n)²⁵

²⁵ Braga, Laerte autor do artigo publicado em: <http://jornalodoautodromo.blogspot.com/2009/03/senhores-e-senhores-estrela-da.html>. Site acessado em 14/03/2009 às 12:00hs.

Se essas percepções ainda se inscrevem no plano das instituições com pessoas com um alto grau de conhecimento, repercutem diretamente entre as camadas mais empobrecidas da população, uma vez que estas representações de gênero são ideologicamente reproduzidas de geração para geração.

❖ **A violência vivenciada pelas usuárias**

Todo mundo é capaz de dominar uma dor, exceto quem a sente.
(SHAKESPEARE)

No segundo momento das entrevistas buscamos compreender como foi conviver com a violência psicológica ou física, já que as entrevistadas vivenciaram essa situação. Essas mulheres relatam os muitos anos de opressão econômica e social que viveram. Em suas falas observamos que as agressões ocorriam frequentemente, sendo para o agressor um ato natural.

Tudo por coisa banal, motivo besta. Chegava em casa estressado e descontava no primeiro que aparecia, eu que estava em casa esperando ele. Um belo dia ele chegou do trabalho era meio dia e estava dando comida pra minha filha. Pra ele eu tinha que largar tudo pra dar atenção a ele e colocar tudo na mão dele. Mas neste dia eu falei não, e mandei ele colocar a comida dele. Foi à gota d'água, ele me pegou pelos cabelos e começou a me socar. Bateu muito em minha cabeça e nas pernas de minha filha. (HELEN)

As ameaças, o medo, a falta de apoio por parte da família e dos órgãos governamentais fazem com que a mulher se cale diante das agressões sofridas.

Durante quatro anos me ameaçava, dizia que se eu procurasse meus direitos ia matar minha família. Ninguém sabia, minha mãe diversas vezes tentava conversar comigo. Eu não contava pra ninguém por medo do que ele pudesse fazer. (HELEN)

Se Helen silenciava por medo que o mesmo cumprisse as ameaças, Célia não contava com apoio da família, segundo seu relato:

Se a gente falasse pra família, “ah ruim com ele, pior sem ele”, dizia minha mãe. Se comentasse com alguém falavam:” ele não te bate, tá bom demais, tem casa e comida”. A gente não tinha nem com quem falar, desabafar, porque o que eu recebia era isso. (2009)

Diante dos depoimentos podemos dizer que sozinhas as mulheres não conseguem romper com o ciclo da violência, sendo que a maior dificuldade está em procurar ajuda o que mantém a mesma em situação de vítima.

Vários medos fazem com que as mulheres agüentem por tanto tempo uma relação violenta. O risco de romper a relação, procurar ajuda é visto como algo vergonhoso. Há a esperança de que o companheiro melhore, a falta de redes adequadas de apoio, a estrutura patriarcal de nossa sociedade, aliadas ao fato de que na maioria dos casos as mulheres dependem economicamente de seus parceiros violentos.

Procurando evitar a continuidade das agressões sofridas muitas mulheres se calam por não se perceberem como cidadãs, outras engravidam tentando salvar a relação ou ainda se dopam para que não haja a violência.

Eu engravidei e achei que ele fosse melhorar, que diminuiria o ciúme. Até o quarto mês ele não me agredia, mas ele passou a ter ciúmes da barriga grande e a partir do quinto mês ele passou a bater na minha cabeça. Eu sempre deixava minha filha com minha tia e me enchia de remédio para não ter briga. De tanto eu fazer isso fui parar no hospital, comecei a tomar remédio controlado para os nervos. (HELEN)

Não tinha direito a nada, eu achava que era a pessoa mais infeliz do mundo, não sabia ir atrás de nada, não sabia resolver nada, minha vida era um buraco. Ficava quieta, quem trabalha mesmo é ele. Eu nunca pensei em me separar, porque o que eu ia fazer com aquelas crianças pequenas? (CÉLIA)

Estas estratégias utilizadas por estas mulheres não colocavam um fim a violência, apenas retardavam a continuidade das agressões causando sérios danos a sua saúde tanto em termos físicos como emocionais.

Eu sofri, eu sofri. É muito triste saber que uma pessoa trai a gente e a gente ter que se deitar [com ela]. Era uma tortura, eu não podia fazer nada nem falar nada. (CÉLIA)

❖ O impacto social da violência

Ao ouvir dessas mulheres tudo que elas enfrentaram, questionamos qual o impacto que tudo isso causou na vida delas, levando em consideração que hoje já não estão mais com seus parceiros.

Foi uma lição de vida. Antes de tomar qualquer atitude quero saber onde estou pisando. Se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje não teria deixado nada disso acontecer. Hoje eu estou na defensiva por medo de acontecer tudo de novo. Tenho medo de me envolver com uma pessoa de novo... (HELEN)

Foi possível perceber nos depoimentos que a violência deixou grandes marcas na vida dessas mulheres. Embora Célia não cite a possibilidade de ter outro relacionamento, não especificando se há medo de que ocorra novamente como Helen relata, mostra claramente que para ela o grande impacto foi causado diante dos filhos que segundo ela não possuem amor pelo pai.

Era um pai de arroz e feijão. Minha filha foi estudar, fez faculdade ele nunca deu força. Se ela é formada e porque foi atrás. Meu filho que nunca quis estudar. Ele não conversava nem comigo nem com minha filha. Não falava o que era errado, só queria ser o chefe. Assim meus filhos não têm amor pelo pai. (CÉLIA)

Embora o impacto descrito pelas entrevistadas tenha sido diferente, estudos mostram que existem vários tipos de seqüelas causadas pela violência contra a mulher que mudam a vida das mesmas podendo chegar até mesmo ao suicídio. Nos casos analisados observamos que a violência sofrida ocasionou seqüelas psíquicas, o que acaba interferindo na saúde mental da mulher, havendo impacto também em termos moral e social em suas vidas.

Podemos dizer que mesmo não estando mais com seus parceiros, portanto não sofrendo mais a violência dos mesmos, há uma grande dificuldade dessas mulheres continuarem suas vidas normalmente. Percebemos assim que combater a

violência contra a mulher é algo bastante complexo e faz-se necessário a articulação de diversos serviços (políticas públicas) e uma rede de atenção que possibilite a ajuda para essas mulheres durante e após o período de violência.

❖ Em busca de mudanças

Neste momento já havíamos entendido um pouco da vida, do sofrimento e do impacto que a violência causou na vida dessas mulheres vitimizadas, então chegamos ao momento de analisar a procura por mudanças, a ajuda pelo rompimento deste ciclo.

Um dia ele me pegou pelos cabelos e começou a me socar. Bateu muito na minha cabeça, e nas pernas da minha filha. Até que ele cansou de bater, deitou no chão e apagou. Quando ele apagou, eu toda machucada peguei minha filha e não pensei duas vezes: fugi. Peguei o dinheiro que tava no rack e o documento de nascimento da minha filha e fui correndo para o ponto de ônibus. Peguei o primeiro ônibus que passou, fui para a rodoviária. Na metade do caminho para São Paulo liguei pra minha mãe avisando que estava fugindo e precisava ficar com ela. (HELEN)

Nunca procurei ajuda destas instituições. Eu achava que era assim. Até que no grupo pra pressão alta comecei a pensar na minha vida, mas eu não abria nem a boca. Eu não conseguia mais chorar, o tanto que eu já tinha chorado, não tinha mais água pra chorar. (CÉLIA)

Diante dos relatos é possível perceber que houve muito tempo de sofrimento até que a busca pelo fim da violência fosse levada a termo. Muitas tentativas foram realizadas antes dessa ação, mas como as mudanças não aconteciam o próximo passo foi à atitude de acabar com esse “pesadelo”, romper com o medo que as dominavam.

Helen relata não ter no momento da fuga o conhecimento de locais em sua cidade onde poderia procurar ajuda e por este motivo pensou na família no momento da fuga:

No Rio [de Janeiro] eu não procurei ajuda. Nem tanto pelo medo, mas eu não conhecia nenhum lugar que amparava mulheres vítimas da violência doméstica. Não sabia onde tinha delegacia de mulher. Não tinha ninguém que pudesse me ajudar. Em São Paulo a psicóloga da minha mãe me indicou a Casa Sofia.

Célia informa que participava de um grupo de pressão alta e um dia participou de uma palestra em que foi tratado justamente aquilo que estava vivendo, foi quando decidiu procurar apoio:

Fiquei pensativa, eu estava num estado de nervos tão grande, porque ele tinha comprado um sofá cama e não tinha necessidade. Aí eu sofri tanto, nada prestava. No outro dia eu fui procurar ela, e falei tudo. Fiquei lá um bom tempo com ela (a psicóloga) e ela me indicou a Casa Sofia.

Em ambos os casos observamos que apesar do medo, do silêncio e das tentativas de mudanças dentro do relacionamento, a busca pelo rompimento da violência aconteceu quando essas mulheres vivenciaram situações limites.

Percebemos também que em nenhum dos casos houve a denúncia dos parceiros pelos atos cometidos, o que revela a grande dificuldade ainda nos tempos atuais de punir os agressores. Isso é geralmente causado pelo sentimento de medo, podendo ser o medo de que os mesmos se tornem mais violentos, a vergonha que sua “história feliz” acabe em uma delegacia ou mesmo por dó de vê-los sofrendo.

Ele tá em outro canto, eu ainda tenho dó dele. Quero o bem dele, nós conversa, tem dia que ele até dorme na minha casa, não acho ruim. (CÉLIA)

Atualmente há também um grande despreparo de alguns profissionais que recebem a mulher violentada, tratando-a com indiferença, desprezo ou até mesmo desconfiança e isso faz com que a vítima perca a esperança na efetividade desse apoio externo. São encontradas muitas dificuldades e poucos recursos disponíveis para garantir a segurança e as condições mínimas para essa decisão tornar-se realidade.

Mas, como vimos, a procura pela ajuda foi um grande passo na vida dessas mulheres e hoje apesar das marcas deixadas pela dor e pela desilusão, elas não convivem mais com a violência cometida pelos ex-parceiros.

❖ O atendimento institucional: a Casa Sofia

Através das entrevistas percebemos que essas mulheres vitimizadas pela violência procuravam respostas para tanta crueldade por parte de seus ex-companheiros, querendo compreender o que os levavam a agir de forma tão agressiva.

O medo ainda as atormentava, não conseguiam visualizar possibilidades de mudanças. Sentiam a necessidade de alguém que pudesse ouvir sem julgar, que de fato elas pudessem falar sem medo de serem mal interpretadas.

No começo não conseguia falar, não levei tudo para o acolhimento. Minha mãe não sabia dos detalhes da violência. Um dia eu resolvi falar com a Coordenadora da Casa, eu dizia: “Eu quero falar, preciso falar, eu só vou melhorar depois que eu falar, mas eu só quero falar pra você”. Nós entramos na sala, ela sentou e pediu para que eu falasse. A partir daquele momento foi um alívio. Fui melhorando, me soltando, me sentindo mais livre. (HELEN)

A Casa Sofia neste momento tornara-se um divisor de águas na vida dessas mulheres, de um lado anos de violência, sem perspectivas de melhora e de outro uma nova possibilidade de mudança: contavam com um espaço para refletirem sobre suas vidas sem traumas, sem ameaças. Podiam expressar qualquer emoção sem medo de serem oprimidas ou discriminadas. Como afirma MOTTA, *a atividade educativa, então, se apresenta como um dos meios para se alcançar o empoderamento das mulheres e, conseqüentemente, maior justiça social.* (2006, p.119)

A Casa Sofia é o único serviço de uma ONG na região sul de São Paulo para atender a mulher em situação de violência doméstica e sexual. Desenvolve trabalhos manuais com o objetivo de ser mais uma alternativa de reorganização mental, confraternização e geração de renda. (GRICOLETO - COORDENADORA).

O atendimento multidisciplinar torna-se essencial ao atendimento oferecido pela instituição. Fazendo-se necessário o acompanhamento jurídico, social e psicológico, pois a mulher é orientada e encaminhada com maior facilidade.

O plano de atendimento da Casa Sofia as usuárias é atender as mulheres em situação de violência doméstica e sexual sem discriminação de raça, cor, etnia e religião. Através do apoio social, psicológico e jurídico. (NOVAES – ASSISTENTE SOCIAL).

O serviço social tem importante papel neste momento, pois o primeiro acolhimento é realizado por uma assistente social e também é esta profissional que acompanha cotidianamente os casos.

O atendimento social realiza um estudo sócio-econômico da demanda apresentada com o objetivo de traçar o perfil da população atendida e encaminhá-la para os demais atendimentos. O atendimento social tem também um caráter formativo, onde conta com a atuação de estagiárias, que priorizam esta questão dentro do seu processo formativo. Dentro do atendimento social o desígnio dos recursos sociais (vale-transporte, cesta básica, passagem intermunicipal e/ ou interestadual e aluguel social) [é feito] mediante o estudo individualmente realizado para identificação da demanda. Faz parte do trabalho da assistente social o acompanhamento de grupos de auto-ajuda, onde coordenará conjuntamente com outra profissional ou orientadora sócio-educativa as atividades propostas; além de visitas domiciliares, participação em reuniões de equipe, fóruns da região e seminários e ainda desenvolvimento de orientações preventivas sobre violência doméstica. (GRICOLETO - COORDENADORA).

Através de uma ação investigativa concebida através de reuniões, palestras e seminários a equipe se organiza de modo a integrar o serviço não só na Casa, mas com a comunidade.

Comecei a procurar me envolver em atividades pra poder ver se eu conseguia retornar minha vida ao normal. No Rio eu vegetava e aqui eu não sabia conviver com as pessoas. Aos poucos voltei a estudar e agora trabalho com ajuda da indicação da Casa Sofia. (HELEN)

A falta de políticas públicas dificulta uma ação mais eficaz da Casa Sofia, uma vez que a mesma tem que continuamente criar estratégias para obtenção de verba e ajuda de instituições privadas para compor o orçamento da instituição, sempre condicionada a oscilação financeira do mercado.

É um trabalho árduo, mas muito importante a clareza dos papéis na instituição é fundamental para não se perder diante das múltiplas demandas. O profissional precisa estudar muito, conhecer um leque de possibilidades e encaminhamentos possíveis e também saber lidar com frustrações que vai se deparar diante das necessidades das pessoas, da falta de política pública e do tamanho do sofrimento das pessoas. (FRANÇA – PSICOLOGA).

Neste ponto a pesquisa começava a responder as várias de nossas indagações. As mulheres encontram na Casa Sofia possibilidades para uma vida sem violência. São orientadas/informadas sobre seus direitos e deveres, tem a sua disposição profissional dispostas para ajudar: encaminhando, ouvindo, articulando redes de proteção às mulheres, seja através da DEAMs, da guarda civil metropolitana ou através dos postos de saúde, porém a demanda ainda é maior que a quantidade de serviços ofertados pelo Estado.

A falta de verbas dificulta a melhora e ampliação dos serviços de atendimento como relata FRANÇA,

Precisamos de uma rede mais ampla de atendimentos e todos ou todas capacitadas para entender o nosso trabalho. Espaço físico maior, capacitação profissional para as mulheres também acima de 30 anos, oficinas criativas de artesanato, culinária e passeios culturais.

Pensando nesta fala nos reportamos a MONTANÕ²⁶ para melhor entendermos o Terceiro Setor. Este após o processo de redemocratização do país tornou-se parceiro do Estado, responsabilizando-se pelas políticas públicas brasileiras. Este fato, na atualidade contribuiu para fragmentação do atendimento à demanda prejudicando o conjunto da sociedade.

Associado a este fator as políticas neoliberais ao longo da década de 90 até os dias atuais reduziram a ação do Estado, e o mesmo passou a se responsabilizar apenas pelos mínimos sociais e por políticas compensatórias.

Pensando nestas prerrogativas acreditamos que devam existir ações conjuntas da sociedade para que o Estado assuma seu papel de executor de políticas públicas e não apenas de gestor. Que o mesmo crie mecanismos de

²⁶ Montanõ, Carlos é autor do livro: Terceiro Setor e a questão social. São Paulo, Cortez, 2003

empoderamento para que não só a mulher, mas todos os indivíduos na sociedade se tornem sujeitos de sua própria história.

Conforme SILVEIRA²⁷.

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raça e etnias, entre mulheres e homens. (2004, p. 66)

Assim, ao analisarmos O trabalho desenvolvido pela Casa Sofia, na perspectiva do rompimento do ciclo da violência de gênero, consideramos que ainda há muito trabalho pela frente, principalmente no que se refere à implementação pelo Estado de políticas públicas. Percebemos que a omissão do Estado enfraquece as relações em sociedade dificultando a construção e o empoderamento para a cidadania.

²⁷ Citação retirada do livro **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero** – Texto: Políticas Públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade, Maria Lúcia da Silveira,



http://3.bp.blogspot.com/_uopDiygu0j0/SPiDX9Qxy7I/AAAAAAAAABHc/Rm_PfISVHH4/s400/2azul.jpg

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos começando,
A certeza de que é preciso continuar e
A certeza de que podemos ser
Interrompidos antes de terminar
Fazer da interrupção um caminho novo,
Fazer da queda um passo de dança,
Do medo uma escola,
Do sonho uma ponte,
Da procura um encontro,
E assim terá valido a pena existir!

(FERNANDO PESSOA)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ver, olhar nos olhos; ouvir, escutar as palavras; sentir a presença da pessoa, os odores dos lugares são condições que nada supera. As máquinas registram as vozes e as imagens. Apenas as vozes e as imagens. As emoções são captadas por nossos sentidos.” (JUAN MOLLINARI).

Desenvolver esta pesquisa contribuiu significativamente para a nossa formação tanto pessoal quanto profissional uma vez que obtivemos um conhecimento aprimorado sobre a questão de gênero, violência e cidadania.

Com base nas leituras conseguimos compreender como se estrutura o processo histórico ideológico em que se instala a violência de gênero no Brasil e como a sociedade permite tantos abusos contra a mulher e ainda justifica culturalmente atos extremamente nocivos à vida das mesmas.

No Brasil houveram avanços em vários campos, que se traduziram em mudanças na legislação, produção crescente de estudos sobre a incidência de atos violentos contra a mulher, criação de delegacias especializadas e de serviços de atendimento às vítimas.

Com a criação da Lei Maria da Penha (lei número 11.340 de 07 de agosto de 2006), o cenário da violência doméstica começa a mudar, uma vez que esta cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A mulher é considerada sujeito de seus direitos sociais tendo igualdade de tratamento perante as políticas sociais existentes

Contudo, apesar de ser considerado um direito, a assistência à mulher é praticada em maior quantidade por instituições filantrópicas, uma vez que o Estado afasta-se cada vez mais das ações sociais, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil.

Entendemos que não é apenas papel da sociedade civil o enfrentamento da violência contra a mulher, mas que deve haver uma parceria com o Estado no caminho da resolução do fenômeno.

Os três poderes, os movimentos sociais e as comunidades. Isto significa construir uma verdadeira rede, a que chamamos **Rede de Cidadania**: uma ação que reúne recursos públicos e comunitários em um esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência doméstica no nosso país. (PLANO NACIONAL, 2003, p. 51).

Esta rede se constitui através dos Centros de Referência; apoio jurídico para medidas cautelares, Corpo de Bombeiros, Instituto Médico Legal, serviços de Casa-Abrigo, serviços de saúde, Conselhos de Mulheres, entre outros. Fazem parte ainda a promoção em defesa da vida através da comunicação e dos programas sociais para reconstruir a imagem da mulher, fortalecendo o enfrentamento da questão da violência.

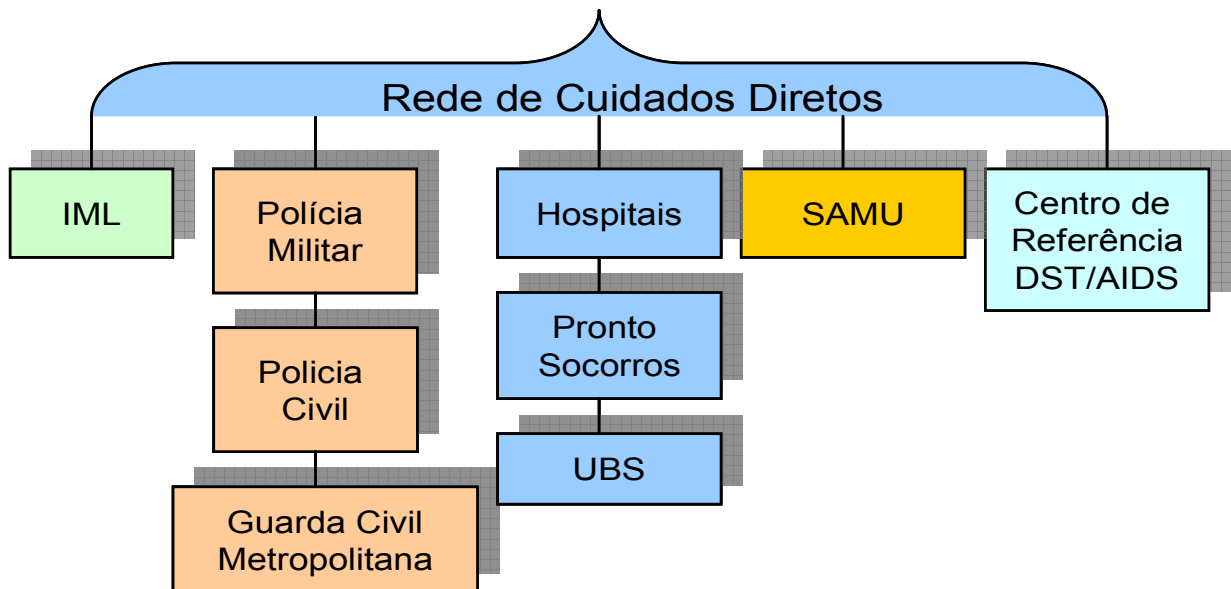


Ilustração 4²⁸

A interdisciplinaridade é uma estratégia de ação primordial que visa à assistência integral a mulher em situação de violência, promovendo o acesso à cidadania com participação direta das usuárias.

Entendemos como fundamental a contínua capacitação profissional da equipe interdisciplinar da Casa Sofia, através da participação em seminários e oficinas relacionados à violência de gênero.

²⁸ Ilustração extraída do Projeto do Protocolo de atendimento a mulher em situação de violência de gênero da Sociedade Santos Mártires.

Conforme o PLANO NACIONAL:

A prática interdisciplinar exige a divisão de tarefas e a percepção dos limites e competência de cada profissional, valorizando a liderança e o desenvolvimento de novos conhecimentos no processo de atendimento dos casos. Avaliação periódica deve ser adotada tanto como estratégia de equipe para focar e sustentar uma orientação coletiva, como avaliação através da supervisão técnica e mecanismos de controle social. (2003, p. 61).

Entendemos que o trabalho desenvolvido pela Casa Sofia contribui para a reconstrução da auto-estima da mulher, assim como a recuperação de sua cidadania, uma vez que a entidade oferece um espaço de convivência coletiva, de recreação, de estrutura pedagógica, educativa, orientação sobre direitos e deveres da mulher e assistência jurídica.

Nesta perspectiva destacamos a necessidade de serem criadas mais instituições que atendam a mulher em situação de violência de gênero visando o fortalecimento de sua auto-estima. Destacamos a importância da adequação de recursos orçamentários para os serviços e equipamentos necessários como medidas capazes de contribuir para cidadania feminina através de adoção de políticas públicas efetivas para o rompimento do ciclo da violência de gênero.

Sugerimos efetividade no acompanhamento do protocolo de atendimento as mulheres, uma vez que o mesmo tem por objetivo:

Realizar um diagnóstico da Rede de Cuidados diretos e indiretos, e elaboração de um plano de Sensibilização e Capacitação, para implantação do PROTOCOLO para cuidados das pessoas em situação de violência doméstica e sexual na Região Sul 1 da capital de São Paulo, constituída pelos Distritos do Jardim Ângela, Jardim São Luis, Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Andrade.(PROJETO DE PROTOCOLO, 2008, p. 06).

O protocolo é uma ferramenta importante para a desnaturalização da violência, grande passo para desmistificação dos papéis de gênero, promovendo condições objetivas para inserção social da mulher, além do fortalecimento dos vínculos entre as redes de cuidados e proteção a mulher.

Pensando nestas questões propomos a necessidade de um processo educativo voltado à infância, para que as relações entre homens e mulheres sejam construídas, desde muito cedo, sem componentes de agressão para obtenção e manutenção do poder. É necessário também promover atendimentos para os agressores, como oportunidade de reflexão e mudança de comportamentos através de serviços especializados.

Acreditamos também que o atendimento qualificado depende do nosso conhecimento teórico metodológico sobre políticas públicas, legislação e ética profissional buscando proporcionar às usuárias eficiência nos serviços dentro das instituições e instrumentalizando a mulher na defesa de seus direitos sociais..

Bibliografia

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

ALESSI, Gil. Fundação Seade. **Jardim Ângela: Contrariando a Estatística**. Site: <http://nbjlpuc.wordpress.com/2007/09/29/>

ARY, Maria Elizabeth Jereissati. **WMulher. O Ponto da mulher na internet**, 2008 (www.wmulher.com.br/template.asp?canal=relacionamento&id). Publicado na Google.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BARSTED, Leila Linhares. **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência**. In: O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. Brasília: Agende, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e Violência**. Revista Teoria e Debate n°39 de Outubro/Dezembro 1998. (<http://www2.fpa.org.br/portal/>.) Publicada no Portal Perseu Abramo.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COVRE, Maria de Loudes Manzini. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CLT Saraiva & Constituição Federal. São Paulo: Saraiva, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2001.

FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano do. **Dialogando com Freire e Boa Ventura sobre emancipação humana, multiculturalismo e educação popular.** Setembro 2005. www.paulofreire.org.br

Fórum Nacional de Educação e Direitos Humanos – Secretária Especial de Políticas para Mulheres. **Protegendo as Mulheres da violência Doméstica.** 4ª edição. Março, 2008.

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Estudo de Caso: seu potencial na educação.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1984.

GODINHO, Tatau & COSTA, Maria Luíza da. **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.** In: Para discutir uma política nacional de combate à violência contra a mulher. Brasília: Agende, 2006.

HERMANN, Jacqueline. **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.** In: A violência contra a mulher em números: dificuldades e desafios. Brasília: Agende, 2006.

Instituição Santos Mártires, **Projeto de Protocolo.** São Paulo, 2008.

Lei Maria da Penha Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 “Coíbe a violência doméstica e familiar contra a Mulher” – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2008.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social, Identidade e Alienação.** São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Deslandes, Suely Ferreira & Gomes, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTANÕ, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social.** São Paulo: Cortez. 2ª edição, 2003.

MOTTA, Débora Menezes Silva & Souza, Juliana Marcondes Pedrosa. **O Desafio de Construir Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência.** In: O sentido das capacitações de profissionais na perspectiva de gênero. Brasília: Agende, 2006.

Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. **Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**/ Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: A Secretária, 2003.

RICOTTA, Luiza. **Quem Grita Perde a Razão: A Educação Começa em Casa e a Violência Também**. São Paulo: Annablume. 1ª edição, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Já se Metem a Colher em Briga de Marido e Mulher**. -<http://www.scielo.br/scielo>

SANTOS, Washington dos. **Dicionário de Sociologia**. 2º Ed. (supervisionada e aumentada). Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

Secretária Especial de Políticas para Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher- Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Brasília: A Secretária, 2003.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher: Quem mete a colher?** São Paulo: Cortez, 1992.

Silva, Priscila Santos. **Casa Sofia – Resgate Histórico, Conquista e Organização Popular das Mulheres 1999 a 2008**. Faculdade de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2008.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. In: Políticas Públicas de Gênero: Impasses e Desafios para Fortalecer a Agenda Política na Perspectiva da Igualdade. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher 2004.

SOARES, Ana Cristina Nassif. **Mulheres chefes de famílias: narrativa e percurso ideológico**. UNESP, 2003.

Soares, Vera. **Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres**. In: *A Construção da Cidadania Fragilizada da Mulher*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

Schraibre, L. B. D'Oliveira & A, F. L.P. **Violência contra mulheres: Interface com a**

saúde. Interface, comunicação, Educação, vol. 3, n°5, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1ª edição, 1993.

TERRIBILLI, Alessandra. *Mulher em luta por uma vida sem violência*. São Paulo: SOF, 2005.

Trabalho e Cidadania ativa para as mulheres. **Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria da Mulher, 2003.

WALBY, Silvia. *Cidadania e transformação de gênero*. In: **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

ANEXO A
Questionários

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

O Trabalho desenvolvido pela Casa Sofia contribui para reconstrução da auto-estima da mulher, assim como a recuperação de sua cidadania.

Roteiro

Conte um pouco sobre sua história de vida.

Tem histórico de violência na família?

Fale da experiência de violência que viveu. (Agressor, tipo de violência).

Como foi para você conviver com a violência?

Que impacto considera que isso causou na sua vida e na dos seus filhos?

Em que momento decidiu procurar ajuda?

Como foi sua experiência junto aos serviços de atenção à mulher vítima de violência? Ex: Delegacia da Mulher, delegacias, instituições

Como foi ser atendida pelos serviços da Casa Sofia? Para você o que esta entidade representou em sua vida?

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

O Trabalho desenvolvido pela Casa Sofia contribui para reconstrução da auto-estima da mulher, assim como a recuperação de sua cidadania?

Perguntas para os profissionais da Casa Sofia:

Gostaríamos que falasse sobre:

1- Plano de atendimento da entidade para as usuárias do serviço – funcionamento, estratégias, propostas

2-Como se dá o processo de efetivação das Políticas Sociais de Proteção a mulher na Casa.

3-Sobre o trabalho do Serviço Social:

-Percepção da questão – como o profissional pensa a questão da violência de Gênero.

-Intervenção profissional – como se dá a ação profissional

-Propostas para melhoria do atendimento da Casa

4- Repercussão da Lei Maria da Penha junto às usuárias da Casa

5- Na sua opinião, o trabalho desenvolvido pela Casa Sofia contribui para a melhora da auto-estima da mulher e o resgate de sua cidadania?

ANEXO B

Consentimento Informado



Universidade de Santo Amaro

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____
_____, portadora do RG: _____, e do
CPF: _____, declaro que li as informações contidas nesse
documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(as) – Mônica Jesus,
Renata Medina e Tatiane Cecília dos procedimentos que serão utilizados,
benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa,
concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o
consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.
Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

São Paulo, _____ de fevereiro de 2009.

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (menor de 21 anos):

(Nome por extenso)

(Assinatura)